

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GABRIEL SANTOS HOLTMAN

**UMA ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL ACERCA DAS DISPARIDADES
REGIONAIS DO BRASIL**

CURITIBA

2015

GABRIEL SANTOS HOLTMAN

**UMA ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL ACERCA DAS DISPARIDADES
REGIONAIS DO BRASIL**

Monografia apresentada como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em Ciências
Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas,
Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Professora Doutora Angela Welters.

CURITIBA

2015

TERMO DE APROVAÇÃO

GABRIEL SANTOS HOLTMAN

UMA ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL ACERCA DAS DISPARIDADES REGIONAIS DO BRASIL

Monografia aprovada como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

X

Professora Dra. Angela Welters
Orientadora - Departamento de Economia - ...

X

Professor Doutor Fábio Dória Scatolin
Departamento de Economia - UFPR

X

Professor Doutor Wellington Pereira
Departamento de Economia - UFPR

Curitiba, 3 de dezembro de 2015

Aos meus pais, amigos e mestres.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à Universidade Federal do Paraná pela honra de poder ter estudado em uma instituição com tal reconhecimento, logo, também devo agradecer ao departamento de Ciências Econômicas que facilitou todos os trâmites e atendeu com prontidão todas as dificuldades técnicas pelas quais eu passei durante a graduação.

Em seguida devo agradecer aos meus pais, Cesar Luiz Holtman e Denise T. Santos Holtman e ao meu irmão, Murilo Santos Holtman, por terem dado as bases e a possibilidade de ingressar em tal instituição de ensino, terem dedicado seu tempo para me educar, pelo carinho que, infelizmente, por muitas vezes, não foi correspondido e pela ajuda para enfrentar as diversas situações com as quais me deparei durante a vida. Esta monografia, além de uma conquista em termos acadêmicos, representa uma vitória de vocês em relação à minha educação em um termo geral.

Também quero manifestar o meu agradecimento aos meus avós, pelo carinho e amor que sempre me dedicaram.

Agradeço profundamente à minha orientadora Angela Welters que, além de uma ótima educadora, me auxiliou “como uma mãe” na construção da presente monografia e me encorajou, em um dos piores momentos da minha vida, a continuar, olhar para a frente, focar no futuro e superar os meus problemas pessoais. No mesmo sentido, sem a devida ajuda e apoio da Dra. Daniele Ramos, da Paula Schreiber, do João Araujo, da Carolina Esteves, do Guilherme Krentz e da Lavínia De Biasi, eu nunca conseguiria terminar a monografia aqui apresentada e, mais do que isso, não conseguiria superar meus problemas.

Por fim, agradeço também todos os meus amigos, sejam ou não da faculdade, pela cumplicidade tal como pela simples amizade pura, sem julgamentos e fidelidade incondicional.

*"Teenage angst has paid off well, now I'm
bored and old." Kurt Cobain, 1993*

RESUMO

O debate acerca da relação entre crescimento e desenvolvimento é objeto de grande interesse na teoria econômica. Neste sentido, na presente monografia busca-se verificar se a concentração de riqueza se transformou em melhor qualidade de vida na região Sudeste, comparativamente às demais, que são menos privilegiadas neste sentido. Para atingir este objetivo e conseguir mensurar a forma como se deu a distribuição das riquezas acumuladas no tempo por esta região, utilizou-se de três âmbitos na análise. (1) Primeiramente são apresentadas diferentes interpretações acerca das formas como o desenvolvimento regional pode ser interpretado, definindo assim o conceito adotado no presente trabalho. (2) Em seguida formula-se uma leitura acerca das origens das discrepâncias regionais, demonstrando a forma como a região Sudeste atingiu a posição de centro dinâmico nacional. (3) Por fim busca-se, utilizando-se de indicadores socioeconômicos que abrangem as esferas da acumulação de riqueza e distribuição de renda, tais como o grau de desenvolvimento educacional, acesso a saúde e segurança pública, avaliar, no período recente, até que ponto o acúmulo de riqueza no Sudeste do Brasil se reverteu em distribuição de recursos para sua população e, mais amplamente, gerou um processo de desenvolvimento econômico regional. Portanto, a partir destes três âmbitos, nota-se que há uma correlação entre as variáveis de crescimento e desenvolvimento. Porém, comparativamente ao panorama regional do Brasil, nota-se que o crescimento, ou o acúmulo de riqueza, não significa necessariamente um elevado grau de desenvolvimento econômico.

Palavras-chave: Desenvolvimento econômico regional, Crescimento econômico regional, Indicadores socioeconômicos, Riqueza, Renda, Educação, Saúde, Segurança pública.

ABSTRACT

The debate around the relationship between economic growth and development is of great interest in the theory of economics. This thesis aims to assess whether the accumulation of wealth in the Southeastern region of Brazil has resulted in greater quality of life for its population in comparison to other regions known to be less privileged in this regard. In order to attain this goal and measure the manner in which the distribution of wealth accumulated by the Southeastern region over time took place, three contexts have been considered in analysis. (1) Firstly, theoretical interpretations about how regional development may be interpreted are presented, thus defining the concepts adopted in this work. (2) Next, an interpretation about the origins of regional discrepancies is formulated, demonstrating how the Southeastern region rose to its position as the nation's foremost dynamical center and comparatively presenting the difficulties faced by other regions. (3) Finally, by using socio-economic indicators related to wealth accumulation and income distribution, such as access to education, health and public security services, this paper seeks to evaluate how far the accumulation of wealth in recent times has translated into better distribution of resources among the population and, more generally, whether it has generated a process of regional economic development. Thus, with consideration for these three contexts, it is noticed that there arises a correlation, up to a certain degree, between the growth and development variables. However, in comparison with the regional panorama of Brazil, growth and accumulation of wealth do not necessarily translate into higher degrees of economic development.

Keywords: Regional economic development, Regional economic growth, Socio-economic indicators, Wealth, Income, Education, Health, Public security.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO INDUSTRIAL POR ESTADOS E REGIÕES DO BRASIL	35
TABELA 2 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NA POPULAÇÃO, POR ESTADOS E REGIÕES NO BRASIL.....	36
TABELA 3 - PIB REGIONAL, PIB TOTAL DO BRASIL E PARTICIPAÇÕES NA COMPOSIÇÃO DO PIB TOTAL.....	43
TABELA 4 - PIB <i>PER CAPITA</i> REGIONAL E MÉDIA NACIONAL.....	45
TABELA 5 - PARTICIPAÇÕES NO PIB POR REGIÕES, VARIAÇÃO NO PERÍODO EM COMPARAÇÃO AS RESPECTIVAS PARTICIPAÇÕES DA POPULAÇÃO RESIDENTE DAS REGIÕES E RESPECTIVA VARIAÇÃO NO PERÍODO.....	47
TABELA 6 - PARTICIPAÇÕES DA POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL REGIONAL NO TOTAL NACIONAL.....	48
TABELA 7 - ÍNDICE DE GINI POR REGIÕES E MÉDIA NACIONAL.....	49
TABELA 8 - RAZÃO ENTRE OS 20% MAIS RICOS E OS 20% MAIS POBRES NAS REGIÕES E A MÉDIA BRASILEIRA.....	51
TABELA 9 - TABELA 10 – PORCENTAGEM DE ANALFABETOS COM 15 ANOS OU MAIS POR REGIÕES E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL POPULACIONAL NACIONAL.....	56
TABELA 10 - MÉDIA DO ANO DE ESTUDOS DE PESSOAS COM 25 OU MAIS ANOS POR REGIÕES E MÉDIA NACIONAL.....	59
TABELA 11 - NÚMERO DE MÉDICOS PARA CADA MIL HABITANTES DISCRIMINADA POR REGIÕES E MÉDIA NACIONAL.....	63
TABELA 12 - LEITOS HOSPITALARES PARA CADA MIL HABITANTES POR REGIÕES E MÉDIA NACIONAL.....	65
TABELA 13 - TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL A CADA MIL NASCIMENTOS POR REGIÕES E MÉDIA NACIONAL.....	67
TABELA 14 - TAXA DE HOMICÍDIOS A CADA 100.000 HABITANTES POR REGIÕES E MÉDIA NACIONAL.....	70

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 DEBATE ACERCA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	12
3 DAS DISPARIDADES REGIONAIS À CONCENTRAÇÃO DE RIQUEZAS EM TORNO DO SUDESTE.....	21
3.1 UM BREVE RESGATE DA LEITURA ACERCA DA TRANSIÇÃO DA ECONOMIA DO CAFÉ RUMO A INDUSTRIALIZAÇÃO NO SUDESTE.....	37
3.2 3.2 A UMA BREVE NOTA ACERCA DA DESCONCENTRAÇÃO ECONÔMICA REGIONAL NO BRASIL.....	39
4 INDICADORES SOCIOECONÔMICOS.....	42
4.1 INDICADORES DE RIQUEZA E RENDA.....	43
4.2 INDICADORES DE EDUCAÇÃO.....	55
4.3 INDICADORES DE SAÚDE.....	62
4.4 INDICADOR DE SEGURANÇA PÚBLICA.....	70
4.5 DOS RESULTADOS DOS INDICADORES.....	73
5 CONCLUSÃO.....	75
REFERÊNCIAS.....	79
APÊNDICES.....	81

1 INTRODUÇÃO

O contexto regional brasileiro foi pautado durante o período colonial até a Primeira República em sistemas regionalmente dispersos, os quais tinham como objetivo a inserção no mercado externo, com a exportação de produtos primários, deixando de lado um projeto de colonização que visasse a um desenvolvimento, seja no âmbito nacional como regional. Dessa forma, durante este longo período, as economias regionais possuíam insignificativos vínculos inter-regionais, de forma a constituir um panorama disperso que evidenciava um grau de crescimento assimétrico do panorama nacional.

Em um segundo momento, já no século XX, a região Sudeste, mesmo que inserida em um sistema agroexportador, teve um movimento diferenciado rumo ao desenvolvimento. Nela, por uma série de motivos, instaurou-se um processo de industrialização, pautado inicialmente no conceito de Desenvolvimento Endógeno que, em um período mais recente, com as políticas governamentais que gradativamente buscavam a satisfação de uma burguesia mercantil, desencadearam na intensificação e consequente concentração da atividade industrial em torno da região. Fato este que levou à dinamização do Brasil, desencadeando um processo de industrialização e a uma relativa desconcentração da região Sudeste.

Neste sentido, a presente monografia aborda o crescimento e desenvolvimento regional do Brasil, buscando a partir da formação das disparidades regionais avaliar a conjuntura contemporânea das regiões que compõe o vasto panorama nacional, de forma a avaliar até que ponto o acúmulo de riquezas na região Sudeste se distribui dentro do conceito proposto de desenvolvimento econômico.

Para atingir tal fim, utilizam-se de uma série de objetivos secundários, os quais podem ser classificados como meios a atingir o objetivo principal, enumerados brevemente como:

- 1) Formular um conceito de desenvolvimento regional que de base ao objetivo principal.
- 2) Demonstrar, a partir de uma leitura histórica, que houve de fato uma concentração das riquezas em torno da região Sudeste.

3) Conciliar a mutação das visões acerca do desenvolvimento regional no tempo, estabelecendo uma baliza conceitual para interpretar o recente processo de mudança institucional que leva à transmutação do crescimento (ou acúmulo de riquezas) em desenvolvimento e integração regional no panorama nacional.

Propõe-se, portanto, como explicitado no objetivo central, verificar se a concentração de riqueza na região Sudeste se transformou em melhor qualidade de vida, comparativamente às demais regiões, que são menos privilegiadas neste sentido.

Dessa forma, a presente monografia estrutura-se em consonância com os objetivos secundários a serem atingidos. Portanto, primeiramente são abordadas algumas visões acerca do desenvolvimento socioeconômico, tanto nacional como regional, em seguida são apresentados os fatores históricos que levaram a consolidação da posição da região Sudeste como detentora de uma posição proeminente no contexto regional e, por fim são apresentados indicadores socioeconômicos.

2 DEBATE ACERCA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O debate acerca do desenvolvimento regional é uma das balizas para a construção de economias que não se pautam somente em termos de crescimento ou acumulação de riquezas, mas sim na sua distribuição, seja em termos de renda como em termos institucionais, com o fornecimento de serviços e qualidades intrínsecas para se atingir melhores condições socioeconômicas. Como colocado por Amartya Sen, *“Economic growth cannot be sensibly treated as an end in itself. Development has to be more concerned with enhancing the lives we lead and the freedoms we enjoy.”* (TODARO, 2006, p. 16).

Dessa forma, no presente capítulo, busca-se esclarecer brevemente algumas visões e ações voltadas ao estudo do desenvolvimento econômico no escopo regional, envolvendo o papel das instituições formais e informais dos agentes locais, tal como os papéis que o Estado pode assumir em prol deste objetivo.

Neste sentido serão introduzidas algumas abordagens acerca do desenvolvimento regional, explicitando suas principais características e convergências, apresentando o papel do Estado dentro desta dinâmica.

Primeiramente, acerca do desenvolvimento regional, nota-se que o seu surgimento remonta aos teóricos clássicos alemães, que por sua vez tinham uma visão limitada acerca da forma como as economias regionais se constituíam, adotando a “teoria da localização clássica”. Segundo Haddad (2009) a preocupação com o desenvolvimento regional, centrava-se na localização das atividades produtivas. As políticas públicas implementadas para a superação do atraso econômico, comandadas principalmente pelo governo federal podiam, de forma crítica, impulsionar ou até estancar o desenvolvimento econômico por gerarem condições externas às decisões locais.

Em um período mais recente, com o desenvolvimento de teorias mais avançadas, abriu-se vários caminhos de interpretações teóricas acerca da forma como o desenvolvimento regional deve ser guiado, focando-se no conceito de desenvolvimento endógeno, como colocado por Haddad (2009, p. 128)

(...) o desenvolvimento de uma região ou localidade, no longo prazo, depende profundamente da sua capacidade de organização social e política para modelar o seu próprio futuro (processo de desenvolvimento endógeno), o que se relaciona, em última instância, com a disponibilidade de diferentes formas de capitais intangíveis na região ou localidade.

Ainda, conforme Haddad (2009, p. 132),

Um processo de desenvolvimento endógeno é concebido e implementado a partir da capacidade que dispõe determinada comunidade para a mobilização social e política de recursos humanos, materiais e institucionais, em uma determinada localidade ou região.

Dentre os vários corpos teóricos desenvolvidos, conforme colocado por Filho (2001), apresenta-se a vertente ligada aos evolucionistas e institucionalistas e os adeptos a economia imperfeita, tendo como principal representante Paul Krugman.

Quanto aos primeiros, a sua interpretação parte de duas visões diferentes, mas de certa forma ligadas. Uma indutiva, que foca-se nas “particularidades das condições determinantes de cada caso de desenvolvimento local” (AMARAL FILHO, 2001, p. 266) e outra dedutiva que parte “de postulados mais gerais sobre a dinâmica das organizações territoriais descentralizadas” (AMARAL FILHO, 2001, p. 266) mas que, conforme colocado anteriormente, se ligam pelo fato de enfatizarem um desenvolvimento pautado pelos atores locais e que, em seu corpo teórico utilizam-se da intertemporalidade e irreversibilidade da trajetória deste processo, fato este que seria apaziguado pela adoção de um processo de “organização social regional”, esclarecido por Amaral Filho (2001, p. 267) da seguinte forma:

Esse processo tem como característica marcante a ampliação da base de decisões autônomas por parte dos atores locais; ampliação que coloca nas mãos desses o destino da economia local ou regional. Com base em valores tácitos ou subjacentes, os atores locais podem antecipar ou precipitar um “acidente histórico” positivo; podem evitar um “acidente histórico” negativo; assim como podem coordenar um processo em curso. É certo que a importância da história (condições iniciais) e das externalidades dinâmicas estão presentes tanto em Krugman quanto nos evolucionistas e institucionalistas.

Constituindo um modelo “de baixo para cima” em que os agentes regionais influenciam as decisões de cunho estatal, que daria ênfase a estrutura do sistema produtivo local, garantindo uma coerência interna. (AMARAL FILHO, 2001)

No que tange os adeptos de uma economia imperfeita, a adoção de pressupostos para o desenvolvimento local seriam pautados em fatos específicos a região, como a concentração do mercado de trabalho e a oferta de insumos especializados, porém, não ignorando o papel da história, ou seja, das condições iniciais que determinariam o grau de desenvolvimento da região, adotando também em seu corpo teórico as “expectativas adaptativas” dos agentes envolvidos no processo, pautando as decisões, portanto, no sistema de preços e no mercado. (AMARAL FILHO, 2001)

Neste contexto, como colocado por Amaral Filho (2001, p. 268) é um “(...) modelo de desenvolvimento de ‘cima para baixo’, isto é, que parte do planejamento e da intervenção conduzidas pelo estado nacional.” e das forças de mercado, em que o estado suplanta a ação dos agentes locais.

Há de se ressaltar, porém, que ambos os corpos teóricos, ou seja, tanto os evolucionistas e institucionalistas como os adeptos de uma economia imperfeita possuem uma base comum, em que a teoria das externalidades dinâmicas, desenvolvida por Marshall dão suporte a ambas.

Olhando sob outra ótica, Haddad (2009, p. 121-122) destaca outra abordagem acerca do desenvolvimento regional:

(...) o processo de desenvolvimento sustentável de uma região depende não só do seu crescimento econômico, mas principalmente da sua capacidade de organização social e política, a qual está relacionada ao aumento da autonomia local para a tomada de decisões, ao aumento da capacidade para reter e reinvestir o excedente econômico gerado pelo processo de crescimento local, a um crescente processo de inclusão social, a um processo permanente de conservação e preservação do ecossistema regional.

Nesta, nota-se uma proximidade com o corpo teórico desenvolvido pelos evolucionistas e institucionalistas, porém, avança abordando a questão ambiental nos pressupostos do desenvolvimento sustentável.

Haddad (2009) aponta ainda a importância de um crescente processo de inclusão social para a concepção adequada do desenvolvimento da região, tendo em vista que estudos realizados no Pós-guerra sobre as experiências de expansão de

diferentes economias nacionais e regionais, não revelam nenhuma correlação geral e sistemática entre o processo de crescimento econômico e a distribuição de renda e riqueza que esse processo gerou. Argumenta-se, no mesmo sentido ainda, que em diversos países o processo de crescimento econômico e de desenvolvimento social não se compatibilizam espontaneamente. Em princípio, acreditou-se que o desenvolvimento social “seria um subproduto cronológico do crescimento econômico.”. (HADDAD, 2009, p.123)

Ainda de acordo com Haddad (2009), a experiência histórica demonstra que a mobilização intensiva dos fatores de produção tende a reproduzir de forma espontânea as situações sociais que lhe deram sustentação inicialmente, ou seja, perpetuar um processo de crescimento com concentração de renda e em que o desenvolvimento não surge espontaneamente como fruto do crescimento.

Neste sentido, Haddad (2009, p. 123) lembra que:

(...) o desenvolvimento humano em bases sustentáveis é um objetivo por si só, uma vez que intensifica diretamente a capacidade das pessoas para desfrutar uma vida longa e saudável, de tal forma que há ganhos imediatos no que é importante em última instância, enquanto se salvaguardam oportunidades no futuro.

No que tange o papel do Estado, nota-se que, em um período mais recente, surgiram novos paradigmas a interpretação da forma como ele deve atuar sobre as economias regionais, havendo, conforme Amaral Filho, (2001, p. 269),

(...) um amplo consenso em relação à idéia de que os processos e as instâncias locais levam enorme vantagem sobre as instâncias governamentais centrais, na medida em que estão mais bem situados em termos de proximidade com relação aos usuários finais dos bens e serviços. Nessa perspectiva, supõe-se que as instâncias locais podem captar melhor as informações, além de poderem manter uma interação, em tempo real, com produtores e com consumidores finais.

Portanto, a descentralização pautaria a nova forma como o estado deveria atuar sobre as economias regionais, o que seria justificado pela “teoria da descentralização” em que “(...) nem todos os governos e comunidades locais estão dispostos a receber um ‘pacote de bens públicos’ que nada tem a ver com suas

necessidades” (FILHO, 2001, p. 269) e pela vantagem na competição entre os governos locais, que afirma que os governos locais “(...) estão mais bem dotados para identificar as preferências da população.” (AMARAL FILHO, 2001, p. 269).

De forma sintética, portanto, conforme Amaral Filho (2001, p. 269),

os argumentos favoráveis à descentralização da ação pública estão baseados em três elementos-chaves (i) o da proximidade e da informação, isto é: os governos locais estão mais próximos dos produtores e dos consumidores finais de bens e de serviços públicos (e privados), e por isso são mais bem informados que os governos centrais a respeito das preferências da população; (ii) o da experimentação variada e simultânea, ou seja: a diferenciação nas experiências locais pode ajudar a destacar métodos superiores de oferta do serviço público; e (iii) o elemento relacionado a tamanho, quer dizer: quanto menor o aparelho estatal melhor é o resultado em termos de alocação e de eficiência.

Portanto, ambas as esferas do mercado, tal como a estatal não teriam condições de proporcionar uma coordenação eficiente do processo de desenvolvimento econômico regional.

É neste ponto que o conceito de “intervenção pragmática” se encaixa, tendo exemplos empíricos adotados nos Estados Unidos, tal como na Itália, o conceito, por sua vez segue o que foi apresentado anteriormente, ou seja, as instâncias locais atuariam de forma mais apropriada acerca dos problemas regionais, apresentando claramente um viés neoclássico na abordagem da problemática do desenvolvimento regional, justificando-se pelo fato de que são os governos locais ou subnacionais que receberiam os maiores impactos advindos das contradições do capitalismo contemporâneo. (AMARAL FILHO, 2001, p. 270)

Apesar das diversas divergências que estes modelos apresentam, existem ainda, pontos em comum no que tange seus meios, tal como seus fins, como, por exemplo, foi colocado por Amaral Filho (2001, p. 278) acerca da interação dos agentes, que assume destaque neste novo contexto:

(...) essa interação só é possível na presença de três elementos: (i) construção da confiança; (ii) criação de bases concretas capazes de permitir a montagem de redes de comunicação, e (iii) proximidade organizacional (esse como resultado da combinação dos outros dois elementos).

No mesmo sentido, Haddad (2009, p. 128) conclui que:

Uma verdadeira política de desenvolvimento terá que ser a expressão das preocupações e das aspirações dos grupos sociais que tomam consciência de seus problemas e se empenham em resolvê-los.

Elementos estes que possibilitariam a integração de dois componentes: “a organização econômica associada à organização setorial (principalmente o sistema industrial) e a organização territorial (principalmente o sistema regional).” (FILHO, 2001, p. 280)

Conforme Amaral Filho (2001, p. 281) nota-se:

Com algumas variações de enfoque todas as correntes são unâimes em atribuir peso importante à história, responsável pelas condições iniciais do desenvolvimento; assim como ao futuro, fruto da construção de atitudes e de antecipações presentes dos agentes.

De forma alternativa, Haddad (2009) atenta para o indispensável papel do Estado em prol do processo de construção do desenvolvimento sustentável no caso brasileiro.

Neste sentido, a obrigação social de sustentabilidade não pode ser deixada inteiramente por conta do mercado. O Estado deve intervir como gestor dos interesses das futuras gerações, através de políticas públicas com mecanismos regulatórios ou de mercado, adaptando uma estrutura de incentivos com a finalidade de proteger o meio ambiente e os recursos para as futuras gerações. Tal como Haddad (2009, p. 124-125) aponta:

As diferentes ações públicas e privadas de expansão econômica poderão afetar a distribuição da renda e da riqueza em suas áreas de atuação, através de benefícios derivados dos salários e dos rendimentos privados gerados pelas atividades produtivas e, também, dos benefícios dos projetos sociais não diretamente produtivos (por exemplo, educação e saúde).

Portanto, dados os efeitos que as ações podem ter sobre o sistema econômico, Haddad (2009, p. 134) lembra que:

(...) em todos os casos de sucesso, alguma experiência de maior ou menor profundidade de reforma do setor público, envolvendo o ajuste fiscal e financeiro, uma reforma administrativa e, principalmente, uma especificação mais precisa dos limites e das articulações entre o espaço do setor público e o espaço do setor privado (Segundo Setor e Terceiro Setor). Quanto mais se definirem possibilidades de formas concretas de cooperação e de parceria entre estes dois setores, mais serão as chances de se superarem problemas econômicos e sociais e de se mobilizarem potencialidades de crescimento da economia local e regional. A identificação destas potencialidade e a sua ativação num contexto de competitividade dinâmica são a base indispensável para que uma economia urbana ou regional encontre uma trajetória de crescimento sustentado.

Em uma abordagem mais ampla, no presente trabalho, o conceito de desenvolvimento econômico está atrelado ao de desenvolvimento humano, descrito, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 1990), como um processo de ampliação das escolhas em que a população em geral possa ter capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser, considerando assim aspectos relacionados a qualidade de vida, ao bem estar social e/ou individual, etc.

No que tange ao âmbito regional, como apresentado no presente capítulo, são diversos os fatores que desencadeiam o processo de desenvolvimento, perpassando por fatores históricos intrínsecos às regiões, tal como o papel das instituições, os agentes locais, até o Estado como propulsor do desenvolvimento.

Portanto, o conceito de desenvolvimento econômico regional tem como baliza os diversos fatores históricos que levam à modificação das instituições formais e informais regionais. Estas, por sua vez, dependem tanto das decisões no âmbito dos agentes locais, tal como do Estado. Porém, há de se notar que estas instituições, de forma geral, sendo interpretadas como sistemas duráveis de convenções, hábitos e regras que estruturam as interações dos diversos agentes, organizando o pensamento, expectativas e ações. Tem a capacidade de moldar e mudar as aspirações, se modificam no tempo, fato este que é notável no decorrer do próximo capítulo.

A constituição do panorama regional do Brasil é pautada pelas disparidades em seus ritmos de crescimento econômico, ou seja, diferenças na acumulação de renda, assim como de sua distribuição. Dessa forma, a aplicação do conceito de desenvolvimento regional é mutável no tempo e espaço.

Como será notado na próxima seção, que busca explicitar uma leitura histórica do crescimento e desenvolvimento das regiões do Brasil, foram diversos os modelos de desenvolvimento regional que levaram à constituição do panorama regional nacional.

Primeiramente nota-se um “Estado predatório”, que subtraía as riquezas de quem produzia, focando-se no sustento de uma oligarquia dominante em que o desenvolvimento se pautava no entorno das atividades exportadoras, tendo certa confluência com o pensamento dos teóricos clássicos alemães.

Em seguida, especialmente a região Sudeste passa a ter seu desenvolvimento pautado no conceito de “desenvolvimento endógeno”, seguindo um rumo voltado ao pensamento relacionado aos “Evolucionistas e Institucionalistas”, em que os atores locais tomam suas decisões de forma autônoma, diversificando seus investimentos e voltando-se a um processo de industrialização local.

Em um terceiro período nota-se uma alteração do foco estatal, voltando-se a interpretação dos “adeptos de uma economia imperfeita”, na qual o Estado assume papel fundamental no processo de industrialização da região Sudeste, de forma a determinar as ações dos agentes locais. Fato este que se aproxima da interpretação de Albert Hirschman em seu livro “*The strategy of economic development*” em que é adotado um modelo de crescimento desequilibrado, no qual a industrialização, bem como os encadeamentos por ela gerados, seriam o motor do crescimento econômico e conseqüentemente do desenvolvimento regional.

Por fim, nota-se no capítulo 4, uma mudança do foco do Estado, rumo a uma equalização das diferenças regionais desenvolvidas e suplantadas no tempo, aproximando-se do conceito de desenvolvimento sustentável, no qual tanto os agentes locais como o Estado assumem papel fundamental, alterando a distribuição dos recursos e, no sentido do conceito de Desenvolvimento Humano, abrindo um aparato institucional que visa reduzir as disparidades sociais da população.

Portanto, definindo o conceito de desenvolvimento econômico adotado no presente trabalho, dada a análise a ser desenvolvida no capítulo 4, voltada a conjuntura regional atual, adota-se uma aproximação do conceito de Desenvolvimento

Humano, considerando assim aspectos relacionados à qualidade de vida, ao bem estar social e/ou individual dentro do âmbito regional brasileiro.

3 DAS DISPARIDADES REGIONAIS À CONCENTRAÇÃO DE RIQUEZAS EM TORNO DO SUDESTE

Como explicitado na introdução do presente trabalho, tal como no capítulo anterior, na presente seção será apresentada uma leitura acerca da formação do panorama regional do Brasil. O foco volta-se à constituição das disparidades regionais, exemplificando dentro do contexto da região Nordeste e das Minas, as restrições dos seus respectivos processos de desenvolvimento industrial.

Processo este que somente veio a ocorrer em um período mais recente na região Sudeste, mesmo que inserida no mesmo contexto agroexportador, similar as regiões anteriormente citadas, mas que, por diversos motivos, veio a assumir um papel de destaque no processo de industrialização e, conseqüentemente, tornou-se referência no panorama nacional em termos de acúmulo de riquezas e desenvolvimento econômico.

Conforme Furtado (2012) descreve, a ocupação do território brasileiro foi, de início, fruto da pressão política pela qual Portugal e Espanha passaram em relação a outras nações europeias. A utilização dos territórios como fontes de recursos para a metrópole, sem uma demasiada preocupação com um projeto de colonização de longo prazo, como estabelecido em colônias na América do Norte, fizeram com que, de acordo com Diniz (2001), o processo de ocupação do espaço geográfico brasileiro se estabelecesse seguindo as possibilidades disponíveis para se inserirem no mercado internacional “(...) seja para atender à metrópole na fase colonial, seja na primeira etapa do país independente.” (DINIZ, 2001, p. 6).

Conjuntamente, a característica da adoção da mão de obra escrava durante grande período da história brasileira levou ao atrofiamento do mercado interno, não incentivando um processo de industrialização e não criando demanda no mercado nacional, o que, conseqüentemente, ocasionou um processo de distanciamento entre as regiões brasileiras, desestimulando a comunicação entre estas.

Portanto, durante a maior parte de sua história, o Brasil não formou um espaço econômico unificado ou mesmo minimamente integrado. Ao contrário, os vários ciclos exportadores ocorridos produziram um mosaico econômico altamente descentralizado. Consequentemente, seria inapropriado falar de uma divisão inter-regional do trabalho, ou de uma rede urbana, até meados do século XIX; simplesmente não existiam trocas significativas, complementariedade ou subordinação entre as regiões até então. (MARTINE e DINIZ, 1991, p. 122)

Mesmo após o período colonial, diversas outras atividades primárias voltadas a atender a demanda externa foram estabelecidas e incentivadas pelo Estado, dessa forma, as articulações existentes entre as várias regiões continuaram frágeis.

O processo de ocupação do espaço geográfico brasileiro se fez segundo as possibilidades de cada região encontrar alternativa econômica que lhe permitisse inserir no mercado internacional, seja para atender à metrópole na fase colonial, seja na primeira etapa do Brasil independente. Em função dessas experiências se formaram verdadeiras economias regionais no Brasil, voltadas para fora e com fraca integração nacional, a exemplo do açúcar no Nordeste, do ouro em Minas Gerais, do algodão no Maranhão, da madeira e mate no Paraná, da borracha na Amazônia, do café no Sudeste. Essas experiências seriam determinantes na configuração regional brasileira até os dias de hoje. (MARTINE e DINIZ, 2001, p. 5)

Em análise do período mais recente, o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento Econômico (GTDN, 1967) evidenciou que para o Brasil, na etapa de desenvolvimento encontrada na época, o principal problema econômico era a disparidade regional de ritmos de crescimento. Evidenciando, assim, a continuidade do processo de concentração e de crescente divergência no desenvolvimento regional brasileiro.

Continuando, o relatório revela que a principal consequência deste processo é o estabelecimento de economias regionais com pouca integração nacional, ou seja, especificamente estabelecidas com a finalidade de suprir uma demanda externa.

A ausência de um plano específico para o desenvolvimento interno do Brasil por via da industrialização, tal como a formação de economias que não possuíam fortes encadeamentos regionais, ou seja, em que a orientação de suprir o mercado externo era estabelecida como um fim em si mesma, marca este primeiro período de estudo. A desorganização deste panorama nacional define, portanto, a formação do Brasil, que resumidamente pode ser apresentada como Diniz (2013, p.7) se posiciona:

A herança histórica, as características e as formas de ocupação do território brasileiro levaram a um forte desbalanceamento no seu ordenamento, refletidas na comparação entre a distribuição da área territorial, da população, das atividades econômicas, e das desigualdades sociais entre as regiões.

Tal como consolidado na literatura *mainstream* acerca do desenvolvimento econômico, a integração, assim como o desenvolvimento do país é, em parte, fruto do processo de industrialização. A ausência, portanto, em um grande período da história do Brasil de um plano, uma política ou até mesmo de uma consciência empreendedora (no sentido *schumpeteriano*) levou ao aumento das disparidades inter-regionais tal como o relativo atraso brasileiro no processo de desenvolvimento e industrialização.

Dois casos bastante representativos são o do Nordeste brasileiro e da região das minas. O nordeste brasileiro no período da monocultura da cana de açúcar, se pautava na utilização da mão de obra escrava, tinha como objetivo final suprir o mercado externo, concentrava renda e possuía um insignificante vínculo com outras regiões e outras atividades econômicas do Brasil. A região das minas, com a sua economia baseada no extrativismo mineral, ao contrário do nordeste, contava com uma diversidade de produtores, mas, apesar de possuir um mercado interno significativo, passava por diversas dificuldades para acessar mercadorias importadas, o que incentivava a diversificação da economia rumo a industrialização. No entanto, este processo não ocorreu devido às condições da atividade primária e pelo desinteresse da coroa portuguesa na industrialização do Brasil. (CASTRO, 1971).

Portanto, cabe apresentar alguns pontos acerca do comportamento da economia açucareira nordestina ilustrando as características anteriormente apresentadas que desembocam na impossibilidade de industrialização vivenciada durante um grande período na economia brasileira.

O sistema da monocultura, localizado na faixa litorânea do Nordeste, inaugurou efetivamente o processo de integração da economia americana com a Europa. Este sistema, que visava atender a demanda externa, se estabeleceu fundamentado na exploração da mão-de-obra escrava, inicialmente a indígena local e depois a africana, com a presença de grandes latifúndios especializados na produção do açúcar. (GTDN, 1967)

O comportamento desta economia regional, em termos monetários, é descrito de forma geral por Furtado (2012, p. 87) da forma apresentada a seguir:

Como os fatores de produção em quase sua totalidade pertenciam ao empresário, a renda monetária gerada no processo produtivo revertia em sua quase totalidade às mãos desse empresário. Essa renda – a totalidade dos pagamentos a fatores de produção mais os gastos de reposição do equipamento e dos escravos importados – expressava-se no valor das exportações. É fácil compreender que, se a quase totalidade da renda monetária estava dada pelos valores das exportações, a quase totalidade do dispêndio monetário teria de expressar-se no valor das importações. A diferença entre o dispêndio total monetário e o valor das importações traduziria o movimento de reservas monetárias e a entrada líquida de capitais, além do serviço financeiro daqueles fatores de produção de propriedade de pessoas não residentes na colônia. O fluxo de renda se estabelecia, portanto, entre a unidade produtiva, considerada em conjunto, e o exterior. Pertencendo todos os fatores a um mesmo empresário, é evidente que o fluxo de renda se resumiria na economia açucareira a simples operações contábeis, reais ou virtuais. Não significa isto que essa economia fosse de outra natureza que não monetária. Tendo cada fator um custo que se expressa monetariamente, e o mesmo ocorrendo com o produto final, o empresário deveria de alguma forma saber como combinar melhor os fatores para reduzir o custo de produção e maximizar a renda real.

A renda gerada era, portanto, concentrada na mão dos proprietários dos engenhos e o vínculo existente entre a economia açucareira e outros núcleos de povoamento era pequena, restringindo-se a necessidade de aquisição de gado e madeira. (FURTADO, 2012)

Nota-se, portanto, que a economia brasileira estava essencialmente voltada ao setor externo, com alto coeficiente de importação, seja de mão-de-obra escrava ou bens de luxo, demandados pelos senhores de engenho. Pela natureza da adoção deste tipo de mão de obra, a não necessidade de salários gera custos fixos e de reposição relativamente pequenos. O montante de renda criada neste se limitava aos poucos empregados contratados, que tinham a finalidade de supervisionar as atividades do engenho e outra parte era enviada a terceiros relacionados ao processo de comercialização, dessa forma não era criado um mercado consumidor interno a região, não havendo um incentivo para diversificação da economia e concentrando renda.

O restante dos recursos financeiros, que não eram aplicados no autofinanciamento da produção de açúcar, não eram enviados para outras regiões, evidenciando assim um modelo de colonização que não visou uma integração interna da colônia, ou seja, era uma renda líquida enviada ao exterior, que tinha como destinatários agentes envolvidos no processo de comercialização do açúcar com o exterior. (FURTADO, 2012)

A região Sudeste do Brasil, por sua vez, foi inicialmente caracterizada pela exploração do ouro, especialmente na região correspondente ao atual estado de Minas Gerais e a região de Cuiabá, no Mato Grosso, passando por Goiás. Ali, diferentemente do Nordeste, a colonização compreendeu-se entre pequenos, médios e grandes proprietários. (CASTRO, 1971, p.33)

Com a decadência do ciclo do açúcar diversos foram os movimentos rumo a região das minas, o fluxo de capitais do nordeste, conjuntamente com o redirecionamento da mão de obra escrava para a região, tiveram valores expressivos nos primeiros decênios do século XVIII.

Há também de se ressaltar, conforme enfatizado por Furtado (2012), que a população escrava advinda do Nordeste não era maior do que a população livre e a nova organização social ali estabelecida permitia um maior grau de liberdade para esta parcela da população.

Portanto, a organização da empresa mineira se estabeleceu em torno da incerteza advinda da “vida da lavra”, da mobilidade física que a empresa possuía no curto prazo, a alta lucratividade advinda da exploração e a especialização da economia em torno da exploração do ouro. (FURTADO, 2012)

Esta organização, aliada as características geográficas da região, com predominância de planaltos com escarpas e depressões, conjuntamente com os fatores climáticos, acentuaram o processo de dependência de importações e encarecimento destas. No auge deste processo, o mercado mineiro passou a ter proporções maiores que o encontrado na região nordestina durante o ciclo do açúcar.

Em termos da renda da população, a alta volatilidade advinda do período produtivo dos depósitos de aluvião tornavam as regiões susceptíveis a períodos de aumento da produtividade seguidos por quedas bruscas da renda. Por outro lado, a distribuição da renda, dadas as características das atividades ali desenvolvidas, era maior que a encontrada no ciclo do açúcar, diversificando, assim, a pauta de importações de bens de consumo.

“Esse conjunto de circunstâncias tornava a região mineira muito mais propícia ao desenvolvimento de atividades ligadas ao mercado interno do que havia sido até então a região açucareira” (FURTADO, 2012, p. 127)

Diversos foram os benefícios da expansão do mercado demandante mineiro, tendo seus efeitos irradiados para toda a região criatória do Sul, via a demanda por mulas para o transporte de mercadorias, integrando esta última região ao mercado

nacional. Porém, “A distância do litoral e as imensas dificuldades de transporte interno deixavam claro, no entanto, que o elevado grau de ‘abertura externa’ não deveria perdurar.” (CASTRO, 1971, p. 34).

A decadência da economia do ouro teve origem na incapacidade de sustentação da oferta decorrente da escassez cada vez maior do minério no final do século XVIII. (CASTRO, 1971)

A realocação da população foi, neste período, rumo as atividades de subsistência e a pecuária, evidenciando um retrocesso da ligação da região com a economia de mercado que anteriormente se estabelecia ali.

Como apontado por Furtado, (2012, p.134) “Em nenhuma parte do continente americano houve um caso de involução tão rápida e tão completa de um sistema econômico constituído por população principalmente de origem europeia.”.

Diferentemente do ocorrido com a atividade mineradora e a do açúcar, a economia do café apresentou, desde sua estruturação, características diferenciadas. Durante sua gestação, mudanças estruturais tal como a proibição da escravidão e, em um período mais recente, a proibição da expansão do plantio, conjuntamente com a criação de um plano nacional voltado à industrialização criaram um ambiente institucional que propiciaria um rompimento com os laços tradicionais de uma economia voltada à exportação de produtos primários e dependente da importação de praticamente todos os produtos industrializados.

Neste sentido, explicita-se a necessidade de contextualizar a economia cafeeira estabelecida na região sudeste do Brasil, e, por conseguinte, estabelecer brevemente a forma como o processo de industrialização se estabeleceu, migrando de uma indústria que visava o beneficiamento de produtos primários para uma voltada ao setor de transformação, que atenderia ao mercado interno.

Após o período inicial de estabelecimento do café, no Vale do Paraíba, o Oeste Paulista se destacou e assumiu papel proeminente no estabelecimento da cultura. Os produtores de café encontraram um panorama diferenciado em relação ao do Vale do Paraíba, não havendo restrições quanto a disponibilidade de terras para cultivo do café, assim como o clima e topografia. Da mesma forma, a tecnologia aplicada na cultura suplantava a encontrada na outra região, o que garantia uma produtividade elevada.

Este conjunto de características levou a um forte crescimento das plantações, o que esbarrou em um problema quanto aos elevados custos de transporte da

mercadoria. Fato que foi solucionado por meio das ferrovias, conforme Cano (1975, p. 21) apresenta:

As ferrovias paulistas se constituíram numa das mais importantes atividades componentes do complexo cafeeiro preenchendo múltiplos papéis, (...) tornando economicamente acessível as terras virgens do oeste paulista, (...) [rebaixando] os custos da produção cafeeira, diminuindo os gastos com transporte [e] (...) [elevando] economicamente a produtividade física do café.

Castro (1971) destaca ainda que as ferrovias determinaram, em grande parte, o ritmo de crescimento das plantações de café e o crescimento da malha férrea, por sua vez, não era necessariamente determinada pela expansão da cultura, isso possibilitava, portanto, que as ferrovias atingissem regiões de mata virgem, que no futuro seriam ocupadas por plantações.

Porém, a existência do problema da mão de obra tomava proporções cada vez maiores com o crescimento do plantio. Da mesma forma como ocorreu no Vale do Paraíba, a transição da mão de obra escrava para a assalariada representou uma mudança brusca em uma sociedade (em termos do regime de trabalho adotado historicamente, tal como em termos institucionais, dos costumes da sociedade brasileira) fundamentada essencialmente na adoção de mão de obra escrava. Apesar deste choque: “De 1886 em diante (...) o crescente fluxo imigratório solucionaria a escassez de mão de obra, consolidando, ao mesmo tempo, a passagem para o sistema de trabalho assalariado.”. (CANO, 1975, p. 35). Deve-se destacar, porém, que havia a coexistência dentro das fazendas do regime escravista com um capitalista, em que os valores monetários pagos aos empregados eram muito baixos.

No que tange a renda bruta advinda da venda do café no exterior, sua repartição era estabelecida entre os trabalhadores assalariados e os proprietários. Enquanto os primeiros alocam majoritariamente esta renda no consumo de outros bens, os segundos, além do consumo, retêm parte da renda para aumentar o seu capital, aumentando por conseguinte a sua renda nos períodos futuros. A renda dos pequenos produtores e comerciantes, por sua vez, vem dos gastos com esse consumo e também são revertidos em consumo próprio.

Nota-se com facilidade, que o crescimento de um sistema exportador baseado no trabalho assalariado depende de incentivos externos, ou seja, o crescimento da produção interna depende da massa de renda alocada no consumo, que por sua vez,

depende do valor do salário e da quantidade de trabalhadores alocados no setor exportador. Dessa forma, a melhor utilização dos fatores existentes no país depende do comportamento do setor externo.

Como Furtado (2012, p. 220) ressalta,

Demais, o aumento de produtividade – efeito secundário do impulso externo – manifesta-se fora da unidade produtora-exportadora. A massa de salários pagos no setor exportador vem a ser, por conseguinte, o núcleo de uma economia de mercado interno.

Fica evidente que a adoção de um sistema pautado no trabalho assalariado, em que havia uma grande disponibilidade de mão de obra ociosa no país, conjuntamente com uma oferta de salário um pouco acima do encontrado no setor de subsistência, trouxe no longo prazo para a região Sudeste possibilidades muito diferentes das encontradas nas outras regiões do país, que desencadearam em um processo de dinamização econômica em uma escala que até o momento nunca havia sido presenciada no País. (DINIZ, 2001)

Tal como em outros ciclos econômicos, o café tinha seu mercado voltado a demanda externa, não detendo efetivamente o controle sobre as variações do preço da *commodity*. Portanto, as consecutivas variações do preço do café levavam a diversos períodos de contração da demanda e/ou expansão de sua oferta. Notam-se dois movimentos básicos diante dessas variações, o primeiro se relaciona com os proprietários dos cafezais, que tinham um aumento de sua margem de lucro. Por não possuírem nenhum estímulo para aumentar a produtividade física da terra ou da mão de obra, as variações nos preços se refletiam em alterações na margem de lucro destes empresários, evidenciando uma tendência a concentração de renda nas etapas de prosperidade. Por segundo, o governo federal, em 1922, instituiu um plano permanente de defesa ao café, realizando grandes esforços econômicos a fim de dar suporte e defender a produção. Da mesma forma, o estado de São Paulo também assumiu compromissos no mesmo sentido, em momentos de contração cíclica criava-se um desequilíbrio na balança de pagamentos, pela qual sua correção era realizada por meio da taxa de câmbio, de forma a atender os desejos dos cafeicultores mantendo suas taxas de lucro. (CANO, 1975) (FURTADO, 2012) (BAER, 1983)

No sentido do segundo movimento, Furtado (2012, p. 238) descreve que,

O processo de correção do desequilíbrio externo significava, em última instância, uma transferência de renda daqueles que pagavam as importações para aqueles que vendiam as exportações. Como as importações eram pagas pela coletividade em seu conjunto, os empresários exportadores estavam na realidade logrando socializar as perdas que os mecanismos econômicos tendiam a concentrar seus lucros.

Conjuntamente com o café, os colonos desenvolveram o plantio de diversos gêneros de subsistência, cobrindo assim parte de suas necessidades básicas. Isso, somado com a demanda por outros produtos industrializados, que tinham seus preços afetados pela política de defesa ao café, criou na região Sudeste um significativo mercado. Este panorama, aliado com as ferrovias que vinham sendo construídas, propiciou uma certa integração do país, pois, ao fomentar o intercâmbio de produtos, tendo como o seu centro dinâmico as regiões produtoras de café, possibilitou um processo cumulativo de crescimento.

Conforme Castro (1971, p. 69) ressalta, “Além de criar novas oportunidades para as atividades tradicionais de diversas regiões, o mercado engendrado pelo café era também um convite ao surgimento de certas indústrias no centro-sul do país.” Deve-se destacar, porém, que estas indústrias eram simples em termos tecnológicos e dependiam fortemente da disponibilidade de recursos na região próxima.

Cano (1975, p. 33) tendo em vista a dimensão e as consequências que o ciclo do café teve sobre o Brasil concluiu que:

Esta atividade foi, sem qualquer dúvida, superior a qualquer outra do país, quer em termos de sua própria dimensão absoluta, quer em termos de sua capacidade geradora de dinâmico processo de acumulação, quer em termos de expansão interna do mercado.

Quanto ao dinamismo que a economia do café assumiu, deve-se ter em vista que a estrutura industrial encontrada no geral era, pelo interesse dos grandes capitais rurais, voltada ao beneficiamento dos produtos naturais. Como caracterizado por Castro (1971, p. 71):

A combinação das indústrias cariocas com as demais indústrias distribuídas pelas regiões periféricas e pelas zonas cafeeiras decadentes, compunha um mosaico de empreendimentos: profundamente vinculados às atividades agropecuárias; dispersos pelo território nacional; rudimentares tecnologicamente (...); e nativos quanto a capitais.

Há de se notar, porém, que com o avanço da cultura do café e suas características, houve uma expansão do mercado interno e das condições que poderiam propiciar um processo de industrialização mesmo que este, neste período, seja atrelado a atividade agrícola, descentralizado e sem um forte encadeamento produtivo.

Portanto, nota-se que pela primeira vez na história do Brasil, um ciclo econômico exportador tomou dimensões em que proporcionou o desenvolvimento e um certo grau de integração entre as regiões do Brasil, porém, com a queda na cotação do café em 1894 e sua superprodução este panorama favorável se reverteu. Sendo o café o setor mais importante da economia Brasileira no momento e dependente majoritariamente de variáveis externas ao país, uma queda na sua atividade leva a profundas modificações no sistema econômico nacional.

Foram diversos os esforços adotados pelo governo para manter o nível de atividade do café, tal como a política de sustentação dos preços para deter a queda na cotação do produto, política esta que possibilitou uma profunda alteração na economia. A busca por novos investimentos dentro do Brasil, possibilitado por este processo, levou a uma diversificação da economia e uma produção nacional maior, reduzindo a dependência externa.

Castro (1971, p. 77) nota este processo e ainda coloca como principal consequência da política de defesa do produto, como demonstrado no texto a seguir:

(...) a crise cafeeira fôra detida num nível que permitia e mesmo propiciava reações tendentes à *diversificação da economia centro-sulina* – o que atingiria em cheio a emergente divisão regional do trabalho. Numa palavra: estava aberto o caminho para profundas transformações na estrutura setorial-espacial da economia.

As consecutivas crises, sejam desencadeadas pelo preço ou por fatores climáticos, levaram a aceleração do processo de diversificação da agropecuária, ou seja, houve uma “desespecialização” da região paulista, que notavelmente direcionou-se a seu mercado interno e desencadeou um processo de substituição inter-regional de exportações. (CASTRO, 1971, p. 84)

Dentre as consequências deste movimento Castro (1971, p. 85) destaca duas implicações imediatas: o crescimento dos desequilíbrios regionais herdados da fase primário-exportadora e a criação de uma região com certa diversificação produtiva que

era o centro do crescimento econômico. Houve também, em um prazo mais longo, a diversificação da base industrial desta região, com a ampliação dos campos de atuação das indústrias vinculadas ao benefício de artigos agropecuários e o aumento da população urbana, fruto da profunda modificação do sistema econômico regional, que direciona os interesses a este crescente mercado urbano.

Mesmo com as guinadas a favor da expansão do café, no período pós Primeira Guerra Mundial sua hegemonia veio a acabar em 1929, com a Grande Depressão nos Estados Unidos e, na década de 1930, com as políticas de contenção do café em que foi gerado um refluxo de capitais e de mão de obra rumo as cidades paulistas.

Baer (1983) nota, no mesmo sentido, que as limitações impostas pelas autoridades brasileiras acerca da quantidade de bens importados conjuntamente com a política de sustento da atividade cafeeira, levou a um aumento dos preços relativos destes bens, o que incentivou a produção interna e, conseqüentemente, levou a migração dos recursos a novos ramos industriais. Fato este que pode ser facilmente perceptível avaliando a crescente participação industrial de São Paulo no período de 1919 até 1939, apresentado na tabela 1.

Neste novo contexto as indústrias nacionais encontraram espaço para seu desenvolvimento pautado inicialmente no aumento relativo do preço das importações de maquinarias e na sua própria capacidade ociosa.

De forma complementar às indústrias anteriormente apresentadas, setores industriais modernos e competitivos começaram a se desenvolver na região, caracterizando o processo de “substituição de importações”, que se acentuou como consequência da Segunda Guerra Mundial, no qual houve um relativo descolamento das atividades agropecuárias e uma aproximação das atividades desenvolvidas nos centros urbanos, levando a uma leve redução da participação dos setores de beneficiamento de materiais advindos do campo e apresentando um declínio no quantum de importações de bens de capital e produtos manufaturados. (BAER, 1983) (FURTADO, 2012) (SUZIGAN, 1986)

Neste processo, São Paulo emerge como o centro dinâmico do Brasil, como Castro (1971, p. 99) descreve:

Seu crescimento e diversificação agrícolas trocavam impulsos recíprocos com a vigorosa expansão urbano-industrial. Campo e cidade estavam de antemão estreitamente vinculados pela poderosa infra-estrutura herdada do ciclo cafeeiro. A emergência de poderosa cultura de mercado interno trazia para São Paulo as próprias indústrias de base agrícola. A liberação de recursos pela cafeicultura decadente nas proximidades do polo industrial reforçava, em vários planos, a tendência à concentração regional de riqueza que usualmente acompanha os processos de industrialização.

Em termos nacionais nota-se que o Brasil constituiu-se como mercado para a produção Paulista, como Cano (1975, p. 235) destaca:

(...) [Revela-se] uma crescente integração do mercado nacional, com predominância crescente da economia paulista. Essa integração, entretanto, é, ao mesmo tempo, reveladora de um específico sistema de trocas inter-regionais: de São Paulo para o resto do país, aumentam continuamente as exportações de produtos industriais ao passo que as importações paulistas vão cada vez mais se constituindo de matérias-primas e de gêneros alimentícios, demonstrando claramente uma relação estrutural de comércio típica de “centro-periferia”.

Além do fluxo de capitais do setor cafeeiro rumo ao setor industrial, outro fator que impulsionou o seu crescimento foi a grande quantidade de mão de obra disponível que, conjuntamente com os baixos salários, estimulou um crescimento cada vez maior do setor e, conseqüentemente, um aumento da importação de bens de capital nesta região.

Portanto, neste período inicial nota-se claramente que a hegemonia do café na região tornou-se insustentável e em um prazo relativamente curto a economia se transformou e dinamizou-se de forma a estabelecer um novo paradigma social e econômico para o Brasil, integrando os diferentes mercados e concentrando em São Paulo o setor industrial moderno do país, o que influenciou toda a nova conjuntura nacional.

Portanto, a partir do momento em que São Paulo detém a posição de proeminência no Brasil, foram diversos os mecanismos que resultaram em agravar o processo de industrialização e concentração na sua região metropolitana. Dessa forma, cabe explicitar brevemente três variáveis indispensáveis ao entendimento do crescimento e concentração da atividade industrial em torno da região Sudeste: (1) o processo de substituição de importações que se acelerou a partir da década de 1930; (2) mudança de foco do governo, com Getúlio Vargas, voltando-se a uma política industrial e (3) as economias de aglomeração no Sudeste.

No que tange ao processo de substituição de importações, tendo em vista o estrangulamento externo que repercutiu em dificuldades no balanço de pagamentos, tomando forma a partir da Primeira Guerra Mundial e se acentuando na Segunda Guerra Mundial, nota-se uma forçosa alteração da economia brasileira.

O nível de atividade produtiva do setor agrário exportador tinha seu desempenho como reflexo das variações dos preços internacionais, como Tavares (1977, p. 59) comenta a crise estabelecida:

(...) obrigou a economia do País a voltar-se sobre si mesma desenvolvendo novas atividades produtivas, com apoio em faixas de demanda interna até então atendidas pelas importações. Sob a pressão de uma redução drástica na capacidade para importar iniciou-se, assim, um processo de substituição de importações que se manteve até a época atual levando a um grau de diversificação industrial e a taxas de crescimento bastante mais acentuadas do que as de quase todas as nações latino-americanas.

Com o avanço do processo, o capital cafeeiro rumou para a diversificação da atividade produtiva, levando a um “(...) processo de urbanização acompanhado da implantação de uma infraestrutura de serviços básicos e do desenvolvimento de uma série de indústrias ‘tradicionais’ (...)” (TAVARES, 1977, p. 60), portanto, os próprios fazendeiros do café tomaram parte no processo de industrialização, tornando-se até mesmo empresários no decorrer do processo.

Acerca do papel do governo, Draibe (1985, p. 83) afirma:

A crise de 1930 criou as condições, no plano econômico e político, para a emergência de aparelhos regulatórios específicos de sustentação dos setores agroexportadores, assim como de outros setores econômicos também afetados pela *débauche* econômica de 1929; mas a par desses aparelhos organizados nas estruturas centrais do Estado, e das *políticas nacionais* que passaram a gestar, foram criadas *novas* entidades, na esfera da administração direta ou indireta, associadas aos projetos de *avanço da acumulação capitalista industrial*.

Nota-se, portanto, que não houve uma ruptura da política de sustento do lucro dos Senhores do Café, mas sim uma confluência com a instauração de um arcabouço institucional que auxilia no processo de industrialização.

Tavares (1977, p. 60) esclarece da mesma forma, que houve uma consonância entre políticas voltadas à defesa do setor agroexportador e as voltadas à indústria que levaram a suplantarem o processo de industrialização por via da substituição de importações:

Compreende-se, pois, que as medidas de defesa do desequilíbrio externo adotadas pelo Governo brasileiro e que resultaram praticamente na sustentação do nível de demanda interna puderam encontrar uma primeira realização favorável na própria capacidade produtiva existente e em parte subutilizada. Persistindo o estrangulamento externo por um longo período e defendido o nível de renda das classes ligadas ao setor exportador, manteve-se o estímulo à diversificação da atividade interna substituidora de importações que correspondiam à composição da demanda daquelas classes.

Portanto, seguindo a linha estabelecida anteriormente, Draibe (1985, p. 83) conclui que:

Este duplo aspecto – a conformação de um aparelho econômico centralizado que estabelece suporte efetivo às política econômicas de caráter nacional, e a natureza capitalista que a estrutura material do Estado vai adquirindo – define o movimento de estruturação organizacional do Estado de 1930 a 1945.

Por fim, nota-se que em um período inicial houve uma consonância que posteriormente veio a se concretizar como uma mudança gradual do enfoque estatal sobre a elite tradicional rural rumo ao empresariado nascente.

O último aspecto, as economias de aglomeração, desempenharam papel fundamental na consolidação de um conglomerado industrial na região sudeste. Neste sentido, o próprio crescimento de setores industriais leva a sua retroalimentação.

Myrdal em seu livro “Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas” trata da questão em termos teóricos e explicita o princípio da interdependência circular dentro do processo de causação acumulativa, afirmando que esta seria a principal hipótese para o tratamento da questão do subdesenvolvimento e desenvolvimento.

Myrdal (1968, p. 50) afirma, de forma simplificada, que:

A decisão de localizar uma indústria em determinada comunidade, por exemplo, impulsiona seu desenvolvimento geral. Proporcionam-se possibilidades de emprego e rendas elevadas àqueles que se encontravam desempregados ou com empregos de baixo salário. Os negócios locais pedem florescer à medida que aumenta a demanda para seus produtos e serviços. A mão-de-obra, o capital inicial e a iniciativa são atraídos de fora para aproveitarem as oportunidades de expansão. O estabelecimento de um novo negócio, ou a ampliação de um existente, expande o mercado para outros, como acontece, em geral, com o aumento das rendas e da demanda. Os lucros em elevação aumentam as poupanças, ao mesmo tempo que elevam, ainda mais uma vez, a demanda e o nível de lucros. O processo de expansão cria economias externas favoráveis a sua continuidade.

Portanto, nota-se que há uma espiral de crescimento industrial que possui um raio cada vez maior e, em detrimento deste processo, como descrito anteriormente, há uma demanda crescente e consequente atração de fatores de outras regiões. No caso da região Sudeste, com a atuação dos outros fatores anteriormente explicitados, criaram-se as condições para a efetiva expansão da atividade industrial e, conjuntamente, possibilita a existência de uma economia de aglomeração da tipologia de localização, ou seja, como Polèse (1998, p. 92) define:

As economias de localização ou de justaposição são *ganhos de produtividade específicos de uma indústria* ou de um conjunto de empresas relacionadas que são imputáveis à sua localização. (...) As economias de localização ou de justaposição são internalizadas ao nível da indústria, embora sejam externalidades para empresas que delas beneficiam.

Tal processo pode ser facilmente verificado ao analisar a tabela a seguir que apresenta a participação na produção industrial por estados e regiões, selecionados por Diniz (1991).

TABELA 1 – PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO INDUSTRIAL POR ESTADOS E REGIÕES DO BRASIL

Região ou Estado	1907	1919	1939	1950	1960	1970	1980
Norte	4,3	1,3	1,1	0,6	1,0	1,0	2,5
Nordeste	16,7	16,9	10,4	9,3	7,7	5,7	8,0
Leste (MG, RJ, ES)	42,3	34,5	28,9	28,9	23,7	22,7	18,2
São Paulo	15,9	31,5	45,4	46,6	54,5	58,1	53,4
Sul	19,9	16,2	13,8	14,0	12,5	12,0	15,7
Centro-Oeste	0,9	0,4	0,4	0,6	0,7	0,5	1,2
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: (DINIZ, 1991, p. 124), INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)

NOTAS: Tabela adaptada pelo autor.

Nota-se, portanto, no período apresentado uma crescente participação do estado de São Paulo na concentração da indústria dentro do Brasil, processo este que desencadeou a reorientação do país em função de um novo sistema econômico no qual a população das cidades tendeu a crescer e, conseqüentemente, a demanda por serviços e produtos industrializados tornou-se cada vez maior. Conjuntamente com este movimento houve dentro das outras regiões uma conseqüente redução das suas participações na produção industrial, dada a crescente predominância de São Paulo no contexto nacional.

Acerca do crescimento da população urbana, como apresentado na tabela 2, que mostra a participação percentual da população ao longo do tempo, por estados e regiões, selecionados de acordo com a metodologia de Diniz (1991). A alteração no decorrer da década de 1930 do fluxo internacional estimulou a migração inter-regional de forma que os movimentos advindos do Nordeste, tal como de Minas Gerais se acentuaram nos períodos seguintes e rumaram em sua maioria para as regiões urbanas contribuindo para a formação de uma periferia em torno de São Paulo e elevando o fluxo de mercadorias e serviços para outras áreas do País que não haviam vivenciado tal processo. (MARTINE; DINIZ, 1991)

TABELA 2 – PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NA POPULAÇÃO, POR ESTADOS E REGIÕES NO BRASIL

Regiões ou estados	1907	1920	1940	1950	1960	1970	1980
Norte	4,4	4,7	3,6	3,5	3,5	3,0	4,6
Nordeste	38,3	36,8	35,0	34,0	31,7	30,3	29,3
Leste (MG, RJ, ES)	30,7	29,6	27,1	25,8	25,4	23,7	22,4
São Paulo	13,8	15,0	17,4	17,6	18,3	19,1	21,0
Sul	10,8	11,5	13,9	15,1	16,8	17,6	15,9
Centro-Oeste	2,2	2,5	3,0	3,4	4,3	5,6	6,8
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	99,3	100,0

FONTE: (DINIZ, 1991, p. 124), BASEADO NOS DADOS DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)

A constituição de São Paulo como centro dinâmico da economia brasileira e a confluência com o aumento da sua participação na produção industrial e desenvolvimento levaram à transformações tanto em termos das estruturas produtivas regionais, tal como estimulando o seu crescimento econômico.

Cano (1997, p. 106), seguindo o mesmo raciocínio nota que:

Assim foi entre 1930 e 1970, período em que o país apresentou uma das maiores taxas de crescimento econômico do mundo capitalista e em que, em termos internos, São Paulo crescia a taxas anuais superiores à média nacional, concentrando assim, parcelas crescentes do PIB nacional. (...) todo o restante do país experimentou taxas elevadas de crescimento, graças às maiores articulações econômicas com São Paulo e entre várias regiões.

No que tange o período de 1970 até 1985, Cano (1997, p. 106) afirma que,

(...) a economia paulista, sendo o núcleo da acumulação produtiva do país, ao crescer imprimia também determinações (regionalmente diferenciadas, é claro) de crescimento aos seus complementos econômicos espaciais (as demais regiões). Assim, embora a dinâmica de acumulação fosse concentradora, em seus resultados concretos, articulava, entretanto, também o crescimento regional.

Portanto, cria-se uma espécie de relação Centro-Periferia em que São Paulo constituía a posição de centro e, portanto, o desempenho das regiões atreladas a ela tinham como principal determinante o comportamento da primeira.

3.1 UM BREVE RESGATE DA LEITURA ACERCA DA TRANSIÇÃO DA ECONOMIA DO CAFÉ RUMO À INDUSTRIALIZAÇÃO NO SUDESTE

O processo de transição da economia da região Sudeste, pautada na exportação do Café para uma industrialmente diversificada, constitui um dos principais fatores históricos para a determinação do paradigma socioeconômico regional atual. Dessa forma será exposta, de forma resumida, a leitura acerca da diversificação dos investimentos realizados na economia do Sudeste que desencadearam as desigualdades regionais atuais. Fato este que será contraposto na próxima seção (3.2) à relativa desconcentração industrial regional no período mais recente.

Conforme apresentado por Suzigan (1986), o processo de industrialização pode ser dividido basicamente em três períodos: (1) o anterior a 1914; (2) durante a Primeira Guerra Mundial e (3) o posterior a década de 1930.

No primeiro momento, conforme o autor, a industrialização estava vinculada ao setor exportador, sendo majoritariamente voltada ao beneficiamento das *commodities* exportadas.

No período seguinte, com a ocorrência da Primeira Guerra Mundial, nota-se que a escassez de insumos produtivos forçou a economia nacional a se diversificar, com a finalidade de abranger estes setores, mesmo que ainda induzidos pelo setor dinâmico da economia, ou seja, o exportador.

No período posterior a década de 1930, dadas as condições explicitadas na seção anterior, representa um ponto de inflexão na transição para uma economia industrial, em que:

O crescimento da produção industrial foi, assim, estimulado, tendo baseando-se, em parte, no aumento da produção nas indústrias de bens de consumo anteriormente instaladas e, em parte, num rápido processo de substituição de importações nas indústrias de bens intermediários e de capital. (SUZIGAN, 1983, p. 348)

No que tange a toda a exposição apresentada na presente seção nota-se que, pela forma como foi conduzida inicialmente a colonização do Brasil, a industrialização tal como o desenvolvimento nacional não constituíam um objetivo, tanto no período colonial como na Primeira República. De forma oposta, como apresentado na seção 2, o sistema agroexportador foi pautado no sustento de uma elite tradicional, a qual reteve a renda advinda de suas atividades. Renda esta que tinha como fim a importação de manufaturas e o reinvestimento na própria atividade, como no caso da região Nordeste.

Neste sentido nota-se que a constituição da região Sudeste, pautada em um período inicial no sustento da atividade exportadora (da mesma forma como o Nordeste) e em seguida no Desenvolvimento Endógeno impulsionado pelas significativas mudanças institucionais, conjuntamente com uma conjuntura externa instável e uma restrição ao acesso a manufaturas importadas, levou a uma mudança de rumo das ações dos agentes locais, voltando-se à diversificação dos seus investimentos.

Nota-se também a mudança do foco do Estado diante da diversificação nos investimentos dos Senhores do Café, pendendo, ao longo do tempo, na constituição de um arcabouço institucional que visava suplantear a matriz industrial, diversificando-a de forma concentrada no entorno de São Paulo, o que levou em última instância a constituição de economias de aglomeração e, da mesma forma, a encadeamentos dos setores produtivos no Sudeste.

Como consequência desses processos, portanto, a economia do Sudeste assume um papel dinamizador dentro do contexto regional brasileiro, de forma a integrar, em certa medida, o mercado nacional e utilizar-se deste como demandantes das diversas manufaturas provenientes dos setores industriais nascentes.

3.2 A UMA BREVE NOTA ACERCA DA DESCONCENTRAÇÃO ECONÔMICA REGIONAL NO BRASIL

Com a alteração do panorama regional no período pós 1930, o mercado nacional sofreu uma significativa guinada rumo à sua integração, pautada na relação que São Paulo assumiu com as outras regiões brasileiras. Dessa forma, no período de 1930 até 1970, como colocado anteriormente na seção 3, a constituição deste mercado integrado levou a um processo de concentração e desconcentração, ou seja, como descrito por Cano (1997, p. 106)

(...) a economia paulista, sendo núcleo da acumulação produtiva do país, ao crescer imprimia também determinações (regionalmente diferenciadas, é claro) de crescimento aos seus complementos econômicos espaciais (as diversas regiões). Assim, embora a dinâmica de acumulação fosse concentradora, em seus resultados concretos, articulava, entretanto, também o crescimento regional.

Portanto, dada esta articulação crescente entre as regiões, acentuada entre 1970 e 1985, em que se estabelece a matriz industrial nacional, a presente leitura busca realizar um diálogo com a seção seguinte, que apresenta uma série de indicadores socioeconômicos para a análise contemporânea do comportamento da economia regional no que tange ao conceito de desenvolvimento econômico regional abordado no capítulo 2 do presente trabalho.

Portanto, para este fim, deve-se considerar que o processo de expansão e concentração em torno da região Sudeste veio a desencadear um processo de integração, em que a “periferia”, ou seja, as outras regiões menos favorecidas vieram a ser incorporadas em um plano de desenvolvimento regional, assumindo, dentro do panorama nacional, certa relevância que, como colocado por Pacheco (1998), revelam pela primeira vez uma condição de integração e homogeneização do espaço nacional.

Ainda, seguindo a linha de pensamento desenvolvida por Pacheco (1998), a unificação do mercado nacional pautada na integração e homogeneização por via da industrialização como seu motor pode ser dividida, de forma simplificada, em três períodos: (1) de 1930 – 1960, (2) de 1960- 1970 e, por fim (3) de 1980-1990.

No que tange o primeiro período, nota-se que a proeminência de São Paulo no contexto regional nacional levou a uma unificação mercantil das regiões, ou seja,

havendo uma articulação apenas no âmbito comercial. O Estado, neste sentido, através da eliminação das alíquotas tributárias inter-regionais realiza tal integração e, como colocado pelo autor, transferindo os problemas regionais em problema de interesse nacional, evidenciando, como colocado no capítulo 2, o início de um processo intervenção estatal sobre a economia regional.

No segundo período, de 1960 até 1970, a desconcentração da região Sudeste toma-se mais enfática. As regiões passam a ter uma integração dos seus mercados voltadas ao âmbito produtivo, ou seja, criou-se uma complementaridade entre as estruturas industriais regionais, havendo uma industrialização pesada em que o Estado interviu efetivamente tanto no que tange a industrialização como através de políticas de migração do capital do Sudeste rumo as demais regiões.

No período de 1980 até 1990, no qual o Brasil passou por uma significativa crise econômica, nota-se que diante dos diversos esforços rumo a estabilização macroeconômica, o comportamento das economias regionais se encontraram bastante instáveis, como Pacheco (1998, p. 74) afirma, “(...) o impacto mais importante dessa trajetória errática foi romper os nexos de solidariedade inter-regionais, determinados pela montagem de estruturas produtivas relativamente complementares e pelo baixo grau de abertura comercial.”. Neste período, como notado por Pacheco (1998) e Cano (1997), a estagnação da produção industrial de São Paulo levou a continuidade do processo de desconcentração desta região, dado que o crescimento das regiões periféricas suplantou a paulista.

Com a mudança ocorrida no âmbito estatal no decorrer da década de 1990, em que as políticas de cunho neoliberal, suplantam as de um Estado intervencionista, com a liberalização e desregulamentação nota-se, como exposto por Cano (1997, p. 136) que:

A desconcentração no sentido São Paulo-restante do país, se mantida a política neoliberal, diminuirá sensivelmente e padecerá, crescentemente, dos efeitos perversos que a desestruturação industrial certamente causará. Tais efeitos não só prejudicarão ainda mais a economia paulista, como também, obviamente, afetarão talvez de forma mais dura, o parque industrial periférico, que é muito menos articulado que o de São Paulo.

É neste ponto, a partir da apresentação das seções 2 e 3, que se estabelece a ligação com o principal objetivo proposto na presente monografia: a exposição dos indicadores socioeconômicos voltados a avaliação do desenvolvimento

contemporâneo das regiões que compõe o vasto panorama nacional, focando-se na região Sudeste, de forma a avaliar até que ponto o acúmulo de riquezas se distribui dentro da população e se reverte dentro da esfera dos indicadores propostos na seção 4.

Para tal, como colocado pela grande maioria dos autores apresentados no decorrer do presente trabalho, é essencial o entendimento do contexto da formação das disparidades regionais dentro do contexto brasileiro, dando foco ao caso específico da região Sudeste, que, por sua vez veio a deter a posição de centro dinâmico nacional, engendrando o processo de industrialização, levando aos diversos encadeamentos (no sentido desenvolvido por Hirschman) sobre as outras regiões brasileiras.

4 INDICADORES SOCIOECONÔMICOS

Partindo da breve análise acerca do processo de constituição das disparidades regionais do Brasil e, consecutivamente, apresentando o processo de concentração industrial e de riquezas no entorno da região Sudeste, como descrito nas seções anteriores, a concentração populacional, tal como o elevado PIB e PIB *per capita* da região Sudeste destaca-a como o grande polo dinâmico do Brasil.

Neste sentido, a presente seção, busca explorar até que medida este processo histórico de concentração populacional, econômica e de participação no produto reflete no contexto nacional, tendo como foco o processo de desenvolvimento desta região comparativamente às outras, expondo até que ponto a concentração de riquezas no entorno do Sudeste leva ao seu desenvolvimento.

Portanto, a exposição da presente seção será dividida em cinco subseções:

Primeiramente serão abordados os indicadores de riqueza e renda, englobando especificamente dados regionais recentes relacionados ao PIB, PIB *per capita*, Índice de Gini e a diferença de renda entre os estratos dos 20% mais ricos em relação aos 20% mais pobres.

Em seguida, no que tange os indicadores de educação, serão, seguindo a mesma metodologia, apresentadas: a porcentagem de analfabetos com 15 ou mais anos e a média de anos de estudo da população com 25 anos ou mais.

Acerca das condições de saúde, abordar-se-á primeiramente dados relacionados aos insumos que condicionam o acesso ao atendimento médico, apresentando indicadores referentes ao número de médicos para cada cem mil habitantes discriminados pelas regiões brasileiras, bem como a quantidade de leitos hospitalares para cada mil habitantes. Em seguida, como resultado da análise destes dados referentes aos insumos, será apresentada a taxa de mortalidade infantil para cada mil nascimentos.

Em relação a segurança pública, será tratado apenas um indicador relacionado a taxa de homicídios para cada cem mil habitantes, de forma a avaliar comparativamente as premissas sugeridas pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Deve-se esclarecer que os resultados conjunturais acerca do objetivo proposto no trabalho será abordado na subseção 4.5, em que serão compilados os resultados, a fim de avaliar de forma mais clara e simplificada a exposição dos indicadores.

4.1 INDICADORES DE RIQUEZA E RENDA

Portanto, para realizar esta tarefa, primeiramente será avaliada a evolução do PIB, conforme apresentado na tabela 3, em que se mostra a evolução dos valores regionais em três períodos, tal como suas respectivas participações na composição do Produto Interno Bruto total do Brasil e, em seguida, avaliar a evolução do PIB *per capita* dentro das regiões, comparativamente com a média nacional.

Cabe portanto, neste momento, conceituar o PIB. Conforme Macedo (2004, p. 1), apresenta:

Como o I do PIB indica, este indica a produção de bens e serviços realizada internamente a um país, ou seja, dentro de suas fronteiras geográficas, mesmo se realizada por fatores de produção de outras nacionalidades, como o capital estrangeiro nele atuante ou trabalhadores que nele aportaram, mas sem assumir a cidadania local.

TABELA 3 – PIB REGIONAL, PIB TOTAL DO BRASIL E PARTICIPAÇÕES NA COMPOSIÇÃO DO PIB TOTAL

Regiões	1990		2000		2010	
	Totais	%	Totais	%	Totais	%
Centro-Oeste	155.207.136	7,60	219.778.423	8,31	350.596.446	9,30
Norte	83.204.481	4,08	121.786.358	4,61	201.510.748	5,34
Nordeste	242.161.485	11,86	344.076.416	13,01	507.501.607	13,46
Sul	321.576.521	15,75	458.848.065	17,36	622.254.612	16,51
Sudeste	1.239.295.193	60,71	1.499.260.802	56,71	2.088.221.460	55,39
Total Brasil	2.041.444.816	100	2.643.750.064	100	3.770.084.873	100
Média Brasil	408.288.963	-	528.750.013	-	754.016.975	-

FONTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

NOTA: PIB estadual a valores constantes, série calculada pelo Ipeadata e adaptada pelo autor; valores em milhares de reais a preços de 2010; utiliza-se do deflator implícito do PIB.

Com relação aos dados da tabela, nota-se em uma primeira aproximação que a participação do Sudeste no total do PIB, no ano de 1990, ultrapassa mais de 50% do total brasileiro, enquanto que a segunda região com maior proeminência neste

cenário é a Sul, com uma participação de apenas 15,75%, o que, comparativamente com o Sudeste, revela uma variação de 44,95% a menos. Portanto, a disparidade em termos do PIB é elevada, sendo que a mesma conclusão estende-se as outras regiões que, por sua vez, possuem porcentagens evidentemente reduzidas se comparadas a participação do Sudeste.

No ano de 2000 houve uma pequena reversão no processo de concentração do PIB em torno da região Sudeste. A participação da região no contexto nacional se reduz para 56,71%. Isso vem acompanhado de um aumento do PIB nacional, ou seja, um aumento da participação das outras regiões e, conseqüentemente elevação do PIB total do Brasil, caracterizando uma certa desconcentração no panorama nacional.

Já, no que tange o ano de 2010, mesmo que em menor valor, a variação do PIB do sudeste em relação a sua contribuição na formação do total nacional é reduzida para 55,39%, enquanto que há um aumento do PIB total de 29,88% nesta década. Outro ponto a ser notado, que segue a mesma tendência encontrada na década anterior, é o aumento da participação da região Centro-Oeste, Norte e Nordeste, mas que é acompanhada por uma redução da participação da região Sul na proporção de -0,85%.

Em suma, é perceptível que no período houve um crescimento no PIB nacional durante as duas décadas avaliadas e, conseqüentemente, houve uma elevação de sua média. Quanto a distribuição deste produto, houve uma redução da participação da região Sudeste na composição do PIB, mas deve-se levar em consideração que, na análise realizada, a redução dessa participação é relativa ao PIB total do ano considerado. Portanto, mesmo que haja essa desconcentração, o PIB da região sudeste pode vir a aumentar em valores brutos. Outro ponto perceptível é que, tomada as proporções, nos anos considerados a participação das regiões, diga-se de passagem menos importantes no contexto nacional, vieram a aumentar relativamente ao PIB total dos respectivos anos. Neste sentido, as regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste apresentaram este comportamento. Por outro lado a região Sul, segunda colocada em importância na composição do PIB, apresenta um aumento da participação de 1990 para 2000 e em 2010 retrocede.

Analizada a questão do PIB, que desconsidera a população em seu cálculo, neste momento será tratado, como proposto, o PIB *per capita*, que em sua construção considera a seguinte formula:

$$PIB \text{ per capita} = \frac{PIB}{Total \text{ da População}}$$

Apesar da população ter um peso na sua contabilização, esta medida desconsidera as disparidades de renda existentes, abarcando apenas a média, ou seja, a distribuição do total dos recursos igualmente entre toda a população da região considerada.

TABELA 4 – PIB *PER CAPITA* REGIONAL E MÉDIA NACIONAL

Regiões	1990	2000	2010
Centro-Oeste	16.340	18.660	24.950
Norte	8.220	9.310	12.700
Nordeste	5.670	7.160	9.560
Sul	14.480	18.140	22.720
Sudeste	19.660	20.530	25.990
Média Brasil	12.874	14.760	19.184

FONTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

NOTA: PIB estadual a preços constantes em Reais (série calculada pelo Ipeadata) dividido pela população; utiliza-se do deflator implícito do PIB; valores constantes de 2010.

De acordo com a tabela 4, nota-se, primeiramente, que no ano de 1990, a região Sudeste apresenta, como esperado, o maior valor do PIB *per capita*, com R\$ 19.660,00, seguido da região Centro-Oeste com R\$ 16.340,00 e, por fim pela região Sul, com R\$ 14.480,00. Nota-se também que estas três regiões elevaram a média nacional, enquanto que as regiões Norte e Nordeste trouxeram a média para baixo, o que totaliza, para a média brasileira, um PIB *per capita* de R\$ 12.874,00.

No ano de 2000, por sua vez, há um aumento no resultado da região Sudeste, atingindo um valor de R\$ 20.530,00, no mesmo sentido, porém em proporções relativas maiores, a região Centro-Oeste alcança o valor de R\$ 18.660,00 enquanto que a Sul tem um aumento maior ainda, assumindo, neste ano, o valor de R\$ 18.140,00. Quanto as regiões Norte e Nordeste, há também um aumento e, no que tange a média nacional, há um aumento de R\$ 1.886,00, totalizando R\$ 14.760,00.

No ano de 2010, todas as regiões apresentam aumentos dos seus respectivos PIB *per capita*, o Sudeste totaliza o valor de R\$ 25.990,00 e a região Centro-Oeste reduz significativamente o *gap* existente em relação a primeira, seu PIB *per capita* no ano em questão assume o valor de R\$ 24.950,00 enquanto que a região Sul eleva

seu valor para R\$ 22.720,00. Tanto a região Norte como a Nordeste ainda apresentam-se como retrógradas, dado o peso populacional que suplanta o do PIB, em seus valores, reduzindo a média brasileira, mesmo que o efeito do aumento do PIB *per capita* das regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul suplantem esse efeito. O Brasil, portanto, neste ano apresenta em média, um PIB *per capita* de R\$ 19.184,00, valor este que, em comparação ao encontrado no ano de 2000, revela um grande avanço em termos de crescimento.

Portanto, como apresentado anteriormente, o fator populacional possui forte influência na composição do PIB *per capita*, neste sentido deve-se ressaltar que a região Nordeste, como apresentado na tabela 6, tem uma participação na composição da população total do Brasil relevante (uma média de 28,30% no período), sendo assim, há uma óbvia tendência de que os valores *per capita* sejam reduzidos, o mesmo se aplica, em menor grau, a região Norte com seus valores abaixo da média nacional.

Outro ponto, no mesmo sentido, a ser ressaltado é que ambas as regiões, se encontrando nesta situação no decorrer do período de análise, tem os seus respectivos PIB *per capita* aumentando consideravelmente, evidenciando, quando se compara as tabelas 3 e 5, que o peso do aumento do PIB dessas regiões passa a ter um peso maior que o fator populacional, elevando no tempo os valores *per capita* e, no caso do Nordeste, tendo uma taxa de crescimento até mesmo maior que a encontrada no Sudeste.

A tabela 5 compila as participações referentes ao Produto Interno Bruto e a população nos anos considerados e apresenta, dentro do período especificado, as respectivas variações nos valores totais, mostrando a taxa de crescimento de ambas as variáveis, considerando seus valores brutos.

TABELA 5 – APÊNDICE 1 - PARTICIPAÇÕES NO PIB POR REGIÕES, VARIAÇÃO NO PERÍODO EM COMPARAÇÃO AS RESPECTIVAS PARTICIPAÇÕES DA POPULAÇÃO RESIDENTE DAS REGIÕES E RESPECTIVA VARIAÇÃO NO PERÍODO

Regiões	PIB				População			
	1990 %	2000 %	2010 %	Variação 1990 - 2010	1991 %	2000 %	2010 %	Variação 1990 - 2010
Centro-Oeste	7,60	8,31	9,30	55,73%	6,42	6,85	7,37	32,94%
Norte	4,08	4,61	5,34	58,71%	6,83	7,60	8,32	36,77%
Nordeste	11,86	13,01	13,46	52,28%	28,94	28,12	27,82	19,93%
Sul	15,75	17,36	16,51	48,32%	15,07	14,79	14,36	19,20%
Sudeste	60,71	56,71	55,39	40,65%	42,73	42,65	42,13	21,93%
Total Brasil	100	100	100	-	100	100	100	-

FONTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

NOTAS: Compilação dos dados e cálculo das participações elaboradas pelo autor.

Acerca da análise do PIB, conjuntamente com a apresentada a respeito do comportamento do PIB *per capita*, nota-se com facilidade na tabela 6 que o aumento do PIB total do Brasil possui influência determinante no crescimento do PIB *per capita* suplantando o crescimento populacional, como apresentado na coluna das variações nas taxas de crescimento do PIB e da população. Como colocado anteriormente, mesmo com a redução da participação da região Sudeste na composição total do PIB nacional, os valores *per capita* aumentam expressivamente nos anos selecionados, revelando assim, que o aumento do produto regional bruto no decorrer dos anos esclarece o aumento geral do PIB *per capita* das regiões, enfatizando ainda que em termos das variações tanto a região Norte como a Centro-Oeste e a Nordeste apresentaram uma taxa de crescimento do PIB no período, superiores as encontradas no Sudeste e Sul.

Em uma segunda aproximação, percebe-se que mesmo com a redução da participação da região Sudeste no PIB, o seu aumento no PIB *per capita* revela, mesmo que em menor grau, uma evidente concentração econômica em torno dessa região.

Partindo desta análise inicial acerca dos principais indicadores de crescimento econômico, será desenvolvida uma análise pautada na discussão de desenvolvimento econômico, que terá como foco avaliar a forma como a proeminência histórica, em termos de crescimento econômico, se reverteu dentro da região Sudeste, ou seja, avaliar se a condição de crescimento econômico como fonte de desenvolvimento é válida, e até que ponto existem incongruências nesta condicionalidade, dadas as especificidades do processo de disparidades regionais do caso brasileiro.

Conforme ressaltado anteriormente, a região Sudeste possui uma inegável proeminência econômica no cenário nacional. Além disso, como demonstrado na tabela 3, ela concentra grande parte da população, já no que se refere a tabela 6, nota-se uma permanência do resultado anteriormente apresentado. Para a leitura da tabela, deve-se levar em conta que as respectivas porcentagens, ou participações, no total do Brasil referem-se especificamente ao ano considerado.

TABELA 6 – PARTICIPAÇÕES DA POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL REGIONAL NO TOTAL NACIONAL

Região	1991 %	2000 %	2010 %
Região Centro-oeste	6,42	6,85	7,37
Região Norte	6,83	7,60	8,32
Região Nordeste	28,94	28,12	27,82
Região Sul	15,07	14,79	14,36
Região Sudeste	42,73	42,65	42,13
Total Brasil	100	100	100

FONTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

NOTA: A unidade é habitantes; Para o ano de 2010, existe tratamento, em consonância com práticas internacionais adotadas por outros países, para os domicílios fechados, permitindo ao IBGE estimar a parcela da população moradora nesses domicílios. A população residente nas áreas urbanas isoladas não incluída.

Evidentemente houve um aumento populacional durante o período decorrido, entre o ano de 1980 até 2010. A forma como a população foi distribuída em 1991 revela um aumento da participação da região Norte em comparação ao ano de 1980, assumindo a porcentagem de 6,83% enquanto que a Nordeste teve uma redução no período, passando para 28,94%. O Centro-Oeste, por sua vez, aumentou sua participação para 6,42%. O Sul, no período de análise, praticamente manteve sua participação, que em 1980 era de 15,99% para, em 1991, 15,07%. Porém, é notável a redução da participação do Sudeste que, considerando que o total da população varia com o tempo, teve sua participação reduzida de 43,47%, em 1980, para 42,73%, em 1991.

No que tange aos anos de 2000 e 2010 o peso relativo da participação populacional da região Norte e Centro-Oeste aumentou em ambos os casos cerca de um ponto percentual. Neste mesmo período, a região Nordeste e Sudeste tiveram as suas participações reduzidas enquanto que o Sul manteve-se na média.

Na tabela 8 são apresentados os dados referentes ao Índice (ou coeficiente) de Gini, que mede o grau de desigualdade na distribuição de renda domiciliar *per capita* entre os indivíduos. O seu valor varia de 0, que representa nenhuma desigualdade na distribuição de renda até 1, no qual toda a riqueza está concentrada em um indivíduo. Portanto, quanto mais próximo de zero, maior é o grau de equidade na distribuição de renda dentro da região considerada.

TABELA 7 – APÊNDICE 2 - ÍNDICE DE GINI POR REGIÕES E MÉDIA NACIONAL

Região	1990	2000	2010
Região Centro-oeste	0,611	0,595	0,549
Região Norte	0,583	0,565	0,529
Região Nordeste	0,626	0,602	0,551
Região Sul	0,577	0,555	0,481
Região Sudeste	0,577	0,564	0,506
Média Brasil	0,595	0,576	0,523

FONTE: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

NOTAS: Para os anos de 2000 e 2010 os valores foram elaborados como uma média dos anos anterior e posterior; os valores foram elaborados com base nas respostas dadas à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE).

No que tange a análise da tabela 7, nota-se primeiramente que os resultados encontrados no ano de 1990 indicam que a região Nordeste encontra-se na situação de maior desigualdade, com o valor do índice em 0,626, em segunda colocação vem a Centro-Oeste, com 0,611 e na terceira colocação a Norte, com um Índice de Gini de 0,583. Acerca do polo desenvolvido, tanto a região Sul como a Sudeste assumem o mesmo valor, 0,577. Levando em consideração a média nacional de 0,595, nota-se que as regiões Centro-Oeste e Nordeste estão em uma posição de maior desigualdade em relação à média nacional.

No ano de 2000 a região Nordeste apesar de continuar exibindo os piores resultados acerca do coeficiente de Gini, com o valor de 0,602, mostra uma redução de 0,024, a maior no período de 1990 a 2000, ou seja, esta foi a região com o maior avanço na redução das disparidades de renda. O Centro-Oeste, segue na mesma posição reduzindo em 0,016 a índice e atingindo o valor de 0,595, a terceira posição em relação a desigualdade ainda é ocupada pelo Norte, que, em uma década teve uma redução de 0,018, assumindo um valor de 0,565, ficando extremamente próximo ao valor encontrado na região Sudeste, que, por sua vez, teve uma redução de 0,014, a menor entre todas as regiões, no período de 1990 até 2000, assumindo o valor de 0,564. A região Sul atinge o menor valor dentre todas as regiões no ano de 2000,

tendo uma redução de 0,022, a melhor no contexto nacional neste período, atingindo o valor de 0,555.

Levando em consideração a média nacional neste ano, nota-se que as regiões mais desiguais, que se encontram acima dessa média, são a Nordeste e a Centro-Oeste, portanto, indicando uma pior distribuição de renda, enquanto que as regiões Sul, Sudeste e Norte apresentam valores abaixo da média, reduzindo-a de forma a melhorar o indicador. Neste sentido, nota-se que os efeitos relacionados à redução da desigualdade suplantam os contrários de forma a reduzir, entre 1990 e 2000, o índice nacional no valor de 0,019.

No ano de 2010, a região Nordeste ainda se apresenta como a região com o maior valor do Gini, indicando a maior concentração de renda no contexto nacional, tendo uma redução, no período de 2000 até 2010, de 0,051 e atingindo o valor de 0,551. Da mesma forma, a região Centro-Oeste mantém sua posição, tendo uma redução de 0,047 no período e atingindo, em 2010, um índice de 0,549. A região Norte, por sua vez, teve a menor redução da desigualdade no período, com a variação de 0,036 negativos, assumindo um valor no ano de 0,529. O Sudeste teve a segunda maior redução do índice no período de 2000 a 2010, no valor de 0,058 assumindo o segundo melhor Índice de Gini no período, com 0,506. Por fim, a região Sul se destaca-se por ter tido o maior avanço rumo a redução da desigualdade social, de acordo com o índice de Gini, apresentando uma redução de 0,074 e se colocando como a região com o menor coeficiente, no valor de 0,481.

Neste ano, a média Brasileira se apresenta no valor de 0,523, totalizando uma redução de 0,053 no período de 2000 a 2010. As regiões mais desiguais no ano de 2010, que elevam a média brasileira de desigualdade são, em termos decrescentes, primeiramente a Nordeste, em seguida a Centro-Oeste e por fim a Norte. As que influenciam a média nacional para um menor grau de desigualdade, em ordem crescente, são, primeiramente, a Sul e em seguida a Sudeste. Concluindo, nota-se novamente que os efeitos destas duas últimas regiões suplantam os negativos advindos das três primeiras, de forma a reduzir, como colocado anteriormente o coeficiente de Gini.

Em suma, durante todo o período a média nacional teve uma redução de 0,072, ou seja, a desigualdade de renda da população total do Brasil no período de 20 anos teve uma redução, indicando que as regiões que estavam puxando esta média para baixo tiveram efeitos que suplantaram os inversos (de aumento da desigualdade),

dessa forma, como colocado anteriormente em cada um dos anos considerados a está média nacional se reduziu constantemente tendo no período de 2000-2010 a maior redução no período considerado.

A tabela a seguir apresenta uma medida de desigualdade de renda nas regiões brasileiras, quanto maior for esta razão, maior é o *gap* de renda encontrada entre os estratos dos 20% mais ricos em comparação aos 20% mais pobres.

TABELA 8 – RAZÃO ENTRE OS 20% MAIS RICOS E OS 20% MAIS POBRES NAS REGIÕES E A MÉDIA BRASILEIRA

Região	1990	2000	2010
Região Centro-oeste	26,67	23,15	16,90
Região Norte	21,64	20,12	16,53
Região Nordeste	26,37	24,25	19,47
Região Sul	23,01	20,15	12,79
Região Sudeste	23,18	21,19	14,22
Média Brasil	24,17	21,77	15,98

FONTE: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

NOTAS: Para os anos de 2000 e 2010 os valores foram elaborados como uma média dos anos anterior e posterior; a linha Média Brasil foi elaborada com base no somatório dos respectivos anos divididos por 5.

No ano de 1990, nota-se que na região Centro-Oeste a renda dos 20% mais ricos supera em 26,67 vezes a dos mais pobres. No Nordeste, a parcela da renda dos mais ricos supera em 26,37 vezes a dos mais pobres enquanto que a região Norte, ocupando a terceira colocação, a dispersão na renda se encontra no valor de 21,64 vezes. O Sudeste se mostra como a quarta região com maior desigualdade nestes termos, com uma diferença de 23,18 vezes entre os estratos. Em seguida e com melhor colocação neste indicador vem a região Sul, com uma disparidade de 23,01. No contexto nacional, para o ano em questão, a média de disparidade é de 24,14 vezes e as regiões que influenciam positivamente, ou seja, aumentam a disparidade são a Centro-Oeste e Nordeste, enquanto que a Norte, Sul e Sudeste favorecem a redução da média da disparidade de renda nacional.

Acerca do ano 2000, nota-se um relativo avanço das regiões rumo a uma redução da desigualdade de renda entre os mais ricos e mais pobres. Especificamente no que tange cada uma das regiões, nota-se uma inversão na colocação da região com a maior desigualdade dentro do contexto nacional, passando do Centro-Oeste para a Nordeste, na qual a primeira apresenta uma disparidade de 23,15 vezes. O Nordeste, por sua vez, passa a assumir o papel da região com a maior disparidade

entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres, assumindo, no ano de 2000, uma diferença de 24,25 vezes. Na terceira colocação encontra-se a região Sudeste que, no ano de 1990, encontrava-se como a quarta região com o maior grau de desigualdade no indicador em questão, refletindo assim um relativo avanço rumo a redução das desigualdades. A região Sul apresenta, para o ano de 2000, uma diferença de 20,15 vezes, enquanto que a Norte tem uma diferença de 20,12 vezes. É interessante notar que as regiões Norte e Sul, neste ano, encontram valores bastante próximos. Quando levados em consideração os fatores históricos de seu desenvolvimento conclui-se que tal resultado é inesperado.

O Brasil, neste ano, teve uma significativa redução, se comparado a 1990, neste sentido, e seguindo a mesma conclusão do ano analisado anteriormente, o Centro-Oeste e o Nordeste ainda possuem os valores acima da média nacional, elevando-a enquanto que as regiões Norte, Sul e Sudeste tem suas disparidades abaixo da média brasileira.

No ano de 2010, tal como o ocorrido em 2000, houve uma notável melhoria nos valores do indicador em todas as regiões. O Nordeste ainda constitui a região com a maior diferença de renda, com o valor de 19,47, ainda, seguindo a mesma tendência encontrada no ano 2000, a Região Centro-Oeste se encontra na segunda posição com uma disparidade de 16,90 vezes entre os estratos, a região Norte, por sua vez, ocupa a posição de terceira região com a maior diferença de renda, com o valor de 16,53, enquanto que o Sudeste ocupa a segunda colocação, com a disparidade no valor de 14,22 vezes e, o caso que mais se destaca é o da região Sul, que reduziu de 20,15 vezes no ano de 2000 para 12,79 em 2010, se destacando como a região com a menor disparidade de renda entre os 20% mais ricos em contraposição aos 20% mais pobres.

No contexto nacional, para o ano de 2010, nota-se uma redução de 5,79 vezes em comparação ao ano de 2000, redução está pautada pelas regiões Sudeste e, com destaque para a Sul enquanto que o Centro-Oeste, Norte e Nordeste tendem a elevar a média nacional.

A partir da apresentação destes indicadores voltados a mensuração da riqueza, e das discrepâncias na renda das regiões será exposto um resumo do comportamento das regiões levando em consideração suas respectivas participações no PIB, tal como os valores dos PIB *per capita*, a influência das participações da população, os

resultados do coeficiente de Gini e as diferenças de renda entre os estratos dos 20% mais ricos em comparação aos 20% mais pobres.

Deve-se levar em consideração em tal exposição que, como exposto anteriormente (na subseção 3.2), a inserção nacional estava pautada em um plano político-econômico onde, desde a década de 1960, houve uma relativa desconcentração da atividade industrial da região Sudeste. No período mais recente, durante a década de 1990, o Estado assume uma política neoliberal havendo, como descrito, uma desconcentração “estática” nesta região e uma política de desenvolvimento regional voltada à equalização das discrepâncias regionais, como demonstrado na seção 2.

Primeiramente, acerca da região Sudeste, nota-se que, mesmo com a queda da participação percentual da sua participação no PIB durante o período de análise e a elevação de 40,65% dos valores brutos deste indicador se comparados com a estabilidade no percentual da participação da população e sua variação total de 21,93% levaram a um significativo aumento do PIB *per capita*, atingindo os maiores valores em todos os anos analisados, revelando, portanto, que a renda média da população aumentou no período. Quando estes valores são confrontados com o coeficiente de Gini, nota-se que a distribuição da renda não é igualitária, mesmo estando abaixo da média nacional, atingindo valores próximos, no ano de 2000, ao da região Nordeste, e percebe-se também que a variação total do Gini no período total foi a segunda menor, representando um pequeno esforço rumo a redução da distribuição da renda, dado que se ainda comparado com os referentes a razão entre os 20% mais ricos e dos 20% mais pobres revela certo esforço no sentido da redução da discrepância de renda dentro da região.

Porém, nestes termos, se levado em consideração o tamanho da população, tal como a indiscutivelmente elevada participação do PIB, como explicitado no parágrafo anterior, revela-se uma região pautada em um processo histórico de concentração de renda em que existem esforços acima média nacional rumo ao aumento da renda *per capita* e próximos da média para a redução das desigualdades de renda.

A região Sul, por sua vez, tem a segunda maior participação no PIB nacional, deve-se levar em consideração que ela é bastante inferior à da região da Sudeste mas o seu crescimento, com base nos valores brutos, suplanta a da região Sudeste, atingindo uma variação total no período de 48,32%, o mesmo se aplica à participação

da população, mesmo havendo um decréscimo da sua participação em comparação ao Brasil, a variação total dos habitantes é positiva, assumindo 19,20%. Dessa forma, seguindo a mesma tendência do Sudeste, obviamente levando em consideração as proporções, houve um aumento do PIB *per capita*, atingindo em 2010 o terceiro maior valor entre todas as regiões. Porém, de forma bastante diferente à do Sudeste, a região Sul tem o melhor desempenho no Índice de Gini dentre todas as regiões, tendo também a maior variação negativa em todo o período, ou seja, apresentando o melhor desempenho rumo à melhoria da distribuição de renda. Dado este, comprovado com os dados acerca da razão entre os 20% mais ricos em relação aos 20% mais pobres, em que a região Sul contempla os melhores resultados nacionais em todos os anos, atingindo em 2010 uma diferença de 12,79 vezes.

O Nordeste do Brasil se encontra na terceira posição no que tange à participação no PIB nacional. A variação total do valor bruto do período foi de 52,28%, suplantando a variação do Sudeste e do Sul. No que tange à sua participação no total da população brasileira, o Nordeste assume a segunda colocação, que se mantém relativamente constante durante o período de análise. Quanto a variação total dos habitantes, seu valor é próximo ao encontrado na região Sul, com um aumento de 19,93%. Dada a sua elevada participação populacional analisada conjuntamente com a participação do PIB, como colocado anteriormente, os valores do PIB *per capita* se encontram muito abaixo dos valores das regiões anteriormente apresentadas, assumindo em todos os anos analisados o menor valor. Contrapondo estes dados com o Índice de Gini, nota-se com clareza que a distribuição da renda dentro desta região é a pior em comparação a todo contexto nacional, e a variação total no período é de redução de 0,075, acima da média nacional, quando aliada a esta variável nota-se as diferenças entre o estratos dos 20% mais ricos em relação aos 20% mais pobres, nota-se que mesmo havendo esforços voltados a redução desta discrepância, a situação do Nordeste se encontra como a segunda pior do Brasil.

Acerca da região Centro-Oeste, a qual assume a quarta posição quanto a participação do PIB em relação ao total nacional, nota-se uma taxa de crescimento do seu valor bruto no período de 55,73%, taxa esta que supera a encontrada no Sudeste, Sul e Nordeste. A participação populacional ali é a menor do Brasil, tendo uma variação no total de habitantes no período de 1990-2010 de 32,94%. Levando estes dados em consideração, o efeito do PIB suplanta o populacional, portanto, elevando o PIB *per capita* da região, que no ano de 2010 fica próxima a encontrada no Sudeste

e ultrapassa a da região Sul, com o valor de R\$ 24.950,00, apesar deste elevado valor, deve-se ter em mente que, quando analisado o Gini, a concentração de renda revela-se presente em um grau elevado e a tendência durante todo o período de análise foi de uma redução de apenas 0,063, o que representa o segundo menor esforço para redução dessa disparidade, quando colocado em pauta os dados referentes a razão entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres, nota-se que no ano de 2010 o Centro-Oeste atingiu a penúltima colocação, ou seja, a diferença de renda encontra-se como a segunda pior no contexto nacional, assumindo o valor de 16,90.

A região Norte, a qual possui a menor representatividade em termos da participação do PIB no contexto brasileiro, teve a taxa de crescimento bruta do PIB no valor de 58,71%, o maior do Brasil, fato este que pode ser explicado pelos reduzidos valores do próprio PIB. No que tange a participação populacional, sua taxa de crescimento durante todo o período de análise é a maior do Brasil, porém, as participações anuais estão apenas a frente dos valores encontrados no Centro-Oeste. Desta forma, os valores do PIB *per capita* encontram-se apenas à frente do Nordeste, assumindo, em 2010, o valor de R\$ 9.560,00. Acerca da análise das discrepâncias na renda, o Gini da região Norte é o que teve a menor variação total no período, com apenas 0,054 e seus valores anuais nos anos de 1990 e 2000 abaixo da média nacional, enquanto que em 2010 está acima, quando comparados os dados com as diferenças entre os 20% mais ricos em relação aos 20% mais pobres, nota-se que em 1990 está era a região com a menor diferença de renda, mantendo o mesmo resultado no ano de 2000 e em 2010 regredindo a terceira colocação.

4.2 INDICADORES DE EDUCAÇÃO

Tendo como base os dados populacionais, pode-se inferir em valores absolutos o grau de analfabetismo para pessoas com 15 ou mais anos de idade nestas regiões.

TABELA 9 – APÊNDICE 3 - PORCENTAGEM DE ANALFABETOS COM 15 ANOS OU MAIS POR REGIÕES E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL POPULACIONAL NACIONAL

Região	1991 %	2000 %	2010 %
Região Centro-oeste	15,75	10,50	7,17
Região Norte	13,40	11,73	10,55
Região Nordeste	34,66	25,42	17,77
Região Sul	10,97	7,42	5,20
Região Sudeste	11,10	7,64	5,24
Total Brasil	18,35	13,11	9,31

FONTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

NOTA: Percentual sobre o total de habitantes; valores calculados com base na média entre o ano anterior e seguinte; a porcentagem correspondente ao Total Brasil foi calculada com base na população total do Brasil para o ano em referência.

Conforme a tabela 9, nota-se inicialmente que no ano de 1991 a região com o maior percentual de analfabetos com 15 ou mais anos é a Nordeste, assumindo o valor de 34,66% do total da sua população. Em seguida, como segunda colocada, vem a região Centro-Oeste e em terceira colocada a região Norte. No que tange ao eixo colocado como mais desenvolvido, abrangendo as regiões Sul e Sudeste, nota-se que, respectivamente, suas porcentagens correspondem a 10,97% e 11,10% sendo as mais baixas no contexto nacional. Finalmente, o total dos habitantes que se encontram nesta condição em todas as regiões, no ano de 1991 no Brasil, corresponde a 18,35% da sua população analfabeta.

No ano de 2000 nota-se uma redução geral destas porcentagens, tal como de seus valores absolutos. A região Nordeste, que apresenta a maior porcentagem em relação ao total da sua população ainda permanece nesta posição, porém, tem uma significativa redução, da ordem de 9%, passando, em aproximada uma década ao valor de 25,42%. Em termos absolutos, isso representa uma redução de 35.607.701 habitantes que não se classificam mais como analfabetos. No mesmo período, a região Norte também tem seus valores reduzidos, assumindo no ano em questão a porcentagem de 11,73% de sua população como analfabeta. Cabe notar que de uma terceira colocação no ano de 1991 em relação a proporção de população analfabeta com 15 ou mais anos, esta região assumia, no ano de 2000, segunda colocação, dado o elevado avanço da região Centro-Oeste neste indicador, que, por sua vez, reduziu aproximadamente 5% a população analfabeta, possuindo a porcentagem de 10,50% no ano de 2000. As regiões Sul e Sudeste também reduzem suas porcentagens assumindo, respectivamente 7,42% e 7,64%. No contexto nacional,

consequentemente, nota-se uma redução do total de analfabetos, tendo sido reduzida a porcentagem de 18,35% para 13,11%.

No decorrer da década seguinte os avanços em relação a redução do analfabetismo continuam, portanto, em termos gerais, todas as regiões reduziram a quantidade de analfabetos no ano de 2010. A região Nordeste ainda se apresenta, infelizmente, como a região com a maior proporção de analfabetos no total de sua população, porém, há de se considerar que é a que, relativamente a redução da porcentagem, tem o maior avanço de 2000 até 2010, atingindo a proporção de 17,77% enquanto que a região norte tem uma redução menor, atingindo o valor de 10,55% e a Centro-Oeste se aproxima das porcentagens encontradas na região Sul e Sudeste, com o valor de 7,17% enquanto que as duas últimas, respectivamente, atingem a porcentagem de 5,20% e 5,24%. No contexto nacional, no período de 2000 até 2010 a redução foi de 3,8%, tendo, dentro do total da população brasileira a porcentagem de 9,31% de analfabetos com 15 ou mais anos.

Em uma breve análise conjuntural, nota-se primeiramente que, em todo o período considerado, embora tenha ocorrido substancial aumento da população, houve uma contínua queda no número absoluto de pessoas analfabetas em todas as regiões Brasileiras. Consequentemente, constata-se uma queda no percentual de analfabetos no Brasil.

Dentro do contexto regional nota-se primeiramente o caso nordestino. Se confrontarmos os dados relativos ao analfabetismo, apresentados na tabela 8 com os populacionais, encontrados na tabela 6, que abordam a participação da população no total nacional, revela-se que, neste contexto, esta região apresenta uma participação populacional relevante no Brasil, ocupando a segunda colocação durante todo o período de análise e ao mesmo tempo possuindo a maior porcentagem, em comparação as outras regiões, de analfabetos. No ano de 2010, o qual o Nordeste veio a apresentar o menor índice de analfabetismo, num universo de 53.073.882 habitantes, 9.433.112 são analfabetos (conforme a metodologia adotada), ou seja, analisando os dados brutos nota-se que os 17,77%, conforme apresentado anteriormente, representam uma elevada quantidade de habitantes enquadrados como analfabetos.

Se colocados estes dados em contraposição a posição ocupada pelo nordeste em termos de participação das regiões no PIB nacional (tabela 3) nota-se que a região Nordeste, em 2010, se coloca na terceira colocação, correspondendo a 13,46% do

PIB nacional, ou seja, em uma breve análise nota-se que há esforços rumo a redução do *gap* existente em termos do analfabetismo no tempo e, em uma aproximação crua, dado os expressivos volumes da participação do PIB houve um esforço relativamente positivo rumo a redução desse indicador, o que será abordado detalhadamente mais à frente.

Seguindo a mesma metodologia para a análise, em contraposição, tem-se o caso da região Sudeste, que, conforme explicitado anteriormente, foi o centro dinamizador da economia nacional. Nela encontra-se a maior participação populacional do Brasil, tal como concentra a maior proporção do PIB nacional, como explicitado na tabela 6. No que tange os dados de analfabetismo ela encontra a segunda menor porcentagem de analfabetos em relação ao total de sua população durante todo o período de análise, porém, por exemplo, em 2010 mesmo com a taxa de 5,24% de sua população analfabeta, em um universo em que 42,13% da população brasileira se encontra nesta região (80.364.410 habitantes) o total de analfabetos ainda é elevado, atingindo 4.211.945 habitantes.

Novamente, em uma análise pouco aprofundada nota-se que houve um avanço relativo a redução do total de analfabetos na região, em valores de habitantes, 2.750.336 não encontram-se mais nesta condição. Se colocado este resultado em contraposição a proporção do PIB ocupada pela região nota-se uma reversão proporcionalmente menor do que os resultados encontrados no caso nordestino.

Da mesma forma, mesmo com os avanços no indicador de analfabetismo encontrado na região Centro-Oeste, dada a sua pequena participação no total populacional no período de análise, a redução do total de analfabetos é relativamente pequena se comparada com as outras regiões, somando um total de 476.662 habitantes que saíram desta situação.

O mesmo ocorre com a região Sul, porém, em maior grau, dado que sua participação no total da população é relativamente relevante no período. A redução atinge, portanto, 1.002.787 habitantes.

Diferentemente de todas as outras regiões, o Norte do Brasil mesmo apresentando taxas decrescentes da proporção de analfabetos em relação ao total da sua população, quando analisados os dados brutos, por habitantes, nota-se que o fator do crescimento da participação do total da sua população no contexto nacional suplanta as taxas decrescentes de analfabetismo na região. Dessa forma, quando colocada a respectiva variação da taxa de crescimento populacional, encontrada na

tabela 6, que totaliza 36,77% em contraposição aos dados acerca do analfabetismo evidencia-se o fato que, em 1991, a proporção de 13,40% da população representa 1.343.749 habitantes, enquanto que em 2000, os 11,73% representam 1.513.025 e em 2010, os 10,55% representam 1.673.768 habitantes. Portanto, mesmo havendo uma redução nas taxas, há um aumento no total de analfabetos nessa região num total de 330.018 habitantes.

No contexto nacional, mesmo havendo a especificidade do caso do Norte, no geral, durante o período, houve uma redução das taxas tal como do total de habitantes analfabetos. Em um universo de um acréscimo populacional entre 1991-2010 de 43.922.256 no Brasil, houve uma redução de 9.196.370 analfabetos no período, portanto, no ano de 2010, 9,31% da população Brasileira encontra-se na situação de analfabetos, totalizando 17.750.891 habitantes em um universo de 190.747.731. Valor este, que se comparado aos dos anos anteriores demonstra um avanço positivo rumo a redução dos analfabetos.

Aprofundando a análise acerca da educação, na tabela 10 é apresentado a média dos anos de estudo para pessoas com 25 ou mais anos dentro do contexto de cada uma das regiões do Brasil tal como a média nacional. Neste sentido, e seguindo com a análise desenvolvida anteriormente, nota-se, a grosso modo um aumento na média Brasileira durante o período de análise.

TABELA 10 – APÊNDICE 4 - MÉDIA DO ANO DE ESTUDOS DE PESSOAS COM 25 OU MAIS ANOS POR REGIÕES E MÉDIA NACIONAL

Região	1990 %	2000 %	2010 %
Região Centro-oeste	4,9	6,0	7,9
Região Norte	5,4	5,9	6,9
Região Nordeste	3,3	4,3	6,1
Região Sul	5,0	6,1	7,7
Região Sudeste	5,5	6,5	8,2
Média Brasil	4,8	5,8	7,4

FONTE: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

NOTAS: Para os anos de 2000 e 2010 os valores foram calculados com base na média dos anos anterior e posterior; razão entre o somatório do número de anos de estudo completados pelas pessoas que tem 25 ou mais anos de idade e o número de pessoas nessa faixa etária.

Primeiramente, nota-se que a região Nordeste destaca-se no ano de 1990 com a menor média, com apenas 3,3 anos de estudo, o que, se comparado com os resultados acerca do analfabetismo revela uma confluência nos resultados. A região,

portanto, apresenta a maior taxa de analfabetismo dentre todas as regiões, como explicitado anteriormente, com uma elevada participação na composição da população brasileira. Se considerar a participação na composição do PIB da região na análise, no ano considerado nota-se que mesmo detendo a terceira colocação, com uma participação de 11,86%, fica evidente uma inversão insuficiente deste produto rumo ao aumento da média de anos de escolaridade, fato este que será explorado mais à frente.

Porém, tanto no ano de 2000 como em 2010 houve um aumento significativo dos anos de estudo para esta região de, respectivamente, 4,3 anos para 6,1, mas há de se ressaltar que mesmo com estes avanços a região Nordeste ainda se encontra abaixo da média nacional.

Seguindo a lógica anteriormente estabelecida, portanto, contrapondo a posição do Nordeste com o Sudeste, percebe-se que a segunda região apresenta as maiores médias de anos de estudo. Em 1990, com uma média de 5,5 anos, em 2000 com 6,5 e em 2010 com 8,2 anos, no total a variação da média de anos de estudo em todo o período considerado foi de 2,7 anos a mais na média. Quando comparados estes dados com os encontrados acerca da população nota-se com facilidade que as condições histórico sociais fizeram com que durante o tempo esta região concentrasse as riquezas e, conseqüentemente, tivesse maiores investimentos voltados ao seu desenvolvimento econômico.

Em uma situação semelhante, em termos da tabela 8, a região Sul tem uma média de anos de estudo semelhante a encontrada no Sudeste. No ano de 1990, a média de anos de estudo é de 5,0 anos, em 2000, 6,1 e em 2010, uma média de 7,7 anos, apresentando uma variação total de 2,8 anos em todo o período.

Nota-se também, quando comparados os dados referentes a participação da população da região Sul com os referentes a analfabetismo e média de anos de estudo que, mesmo esta região possuindo uma participação média de 14,73% na população nacional (de 1990 até 2010), ou seja, ocupando a terceira colocação neste quesito ela apresenta no mesmo período as menores taxas de analfabetismo e apresenta um dos maiores avanços no que se trata de anos de estudo, tendo um aumento de 2,8 anos no período e atingindo, em 2010, a média de 7,7 anos, ou seja, a segunda melhor colocação dentro do contexto Brasileiro.

O crescimento do PIB, em valores brutos no Sul, apresentado na tabela 6, de 42,38% aliada ao fato de que a região ocupa uma posição relativamente importante

no contexto nacional também enfatiza o resultado de que parte desses recursos foram revertidos na redução do índice de analfabetismo, tal como em termos da melhora do indicador da média de anos de estudo.

No que tange a região Centro-Oeste, no ano de 1990 a média de anos de estudo se encontrava bastante próxima a média nacional, com o valor de 4,9 anos enquanto a média brasileira encontra-se no valor de 4,8. Já no ano de 2000 houve um aumento de 1,1 anos na média em relação a 1990, assumindo o valor de 6,0, aumentando levemente a distância da média brasileira, enquanto que em 2010 a variação em relação ao ano de 2000 foi de 1,9 anos, o maior se comparado a todas as regiões, portanto, somado todo o período de análise, a variação total atinge o maior valor nacional, ou seja, um aumento de, na média, 3,0 anos de estudo, chegando a um resultado 7,9 anos.

É interessante notar que essa região mesmo tendo a segunda menor participação na composição do PIB para cada ano considerado teve um crescimento do seu valor bruto na porcentagem de 55,73% enquanto que em termos populacionais a variação foi de 32,94% positivos. Dentro de cada ano considerado é a que possui a menor proporção na formação do total populacional Brasileiro e é a que mais se aproximou dos valores encontrados nas regiões tidas como desenvolvidas em termos da proporção de analfabetos no total de sua população.

A região Norte por sua vez foi a que possuiu o menor avanço em termos dos anos de estudo, com uma variação total do período de apenas 1,5 anos a mais. Para o ano de 1990 a média encontrava-se em 5,4 anos, enquanto que em 2000 rumou para 5,9, com um aumento de 0,5 ano e em 2010 a média foi para 6,9, representando um aumento de 1 ano a mais em relação a 2000.

Levando em consideração a distribuição da população dentro da região Norte, tal como as dificuldades que isto implica tem-se, analisado conjuntamente as diversas variáveis, que, como explicitado anteriormente, ela é a região que concentra a segunda menor proporção da população nacional mas é a que apresenta a maior taxa de crescimento total da população no período, no valor de 36,77%, em termos da sua participação no PIB nacional é claramente, a que tem a menor participação, porém, é também a que apresenta a maior taxa de crescimento total no período, com 58,71%. Porém, tal como colocado anteriormente, são diversas as dificuldades encontradas para reverter a situação de retrocesso econômico encontrada ali, portanto, os esforços

rumo a melhoria das condições de educação são claras mas exigem um esforço monetário elevado.

Levando em consideração toda a análise desenvolvida anteriormente e enfatizando o fato de que o período analisado abrange 20 anos, nota-se cinco pontos principais: (1) Quanto a região Nordeste, os valores acerca da média de anos de estudo em todos os anos considerados se encontram abaixo da média nacional. (2) A região Centro-Oeste apresenta a maior variação total nos anos abordados, portanto, apresentando o maior avanço em relação a esta variável e em 2010 tem seus valores bastante próximos ao do polo desenvolvido. (3) O Norte do Brasil tem, somente no ano de 2010 valores abaixo da média nacional. (4) A região Sul mesmo partindo de uma situação em que, relativamente à região Nordeste, apresenta uma média de anos de estudo mais elevada, tem uma variação total em todo período igual àquela encontrada na segunda, com o aumento de 2,8 anos de estudo. Finalmente, (5) o Sudeste, como esperado, esteve à frente de todas as outras regiões no quesito da média de anos de estudo, porém, no decorrer de 20 anos e concentrando a maior participação no PIB nacional, os seus avanços foram menores que os encontrados nas regiões Centro-Oeste, Norte e Sul.

4.3 INDICADORES DE SAÚDE

O fornecimento de condições de saúde para a população constitui uma das bases para atingir um elevado grau de desenvolvimento econômico, na presente parte busca-se mensurar a forma como as regiões tratam de questões básicas relacionadas ao atendimento médico, a partir de dados relacionados a quantidade de médicos para cada mil habitantes, tal como a quantidade de leitos hospitalares e a mortalidade infantil.

A seguir, na tabela 11, são apresentados os dados referentes à proporção de médicos a cada mil habitantes em cada região, apresentando, portanto, a disponibilidade de profissionais de saúde segundo a sua localização geográfica. É importante notar que os resultados apresentados estão fortemente relacionados com as condições socioeconômicas das regiões, tal como pelas suas políticas públicas.

TABELA 11 - NÚMERO DE MÉDICOS PARA CADA MIL HABITANTES DISCRIMINADA POR REGIÕES E MÉDIA NACIONAL

Região	1990	1999	2009
Região Centro-oeste	0,99	1,24	1,96
Região Norte	0,46	0,42	1
Região Nordeste	0,65	0,81	1,12
Região Sul	1,09	1,43	2,1
Região Sudeste	1,58	1,97	2,37
Média Brasil	0,95	1,17	1,71

FONTE: MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO EM SAÚDE (SGTES)

NOTAS: Número de profissionais de saúde em atividade, por mil habitantes, segundo categorias, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

Analisando os resultados encontrados no ano de 1990, nota-se primeiramente uma baixa disponibilidade de médicos em todas as regiões. Primeiramente, na região Sudeste, levando em consideração o tamanho da sua população, nota-se que a quantidade de 1,58 médicos para cada mil habitantes é insuficiente apesar de ser a mais rica região do Brasil. Em seguida tem-se a região Sul. Ela apresenta a terceira maior participação na população no período e em contrapartida possui 1,09 médicos para cada mil habitantes. A região Centro-Oeste, por sua vez, apresenta a menor participação no total populacional para este ano e tem a quantidade de médicos próxima à encontrada na região Sul, com o valor de 0,99 o que demonstra uma condição parecida com a encontrada no Sudeste e Sul. Em seguida, a região Nordeste apresenta o valor de 0,65 médico para cada mil habitantes, resultado bastante ruim se levado em consideração que ela apresenta a segunda maior participação na composição do total da população no ano de 1990. A região Norte ocupa a pior posição no que tange a quantidade de médicos, com o valor de 0,46 médicos para cada mil habitantes, que, se comparado com a sua participação populacional no ano em questão, também representa uma realidade deficitária.

No contexto nacional, para o ano em questão, nota-se que a média nacional é baixa e que os valores encontrados em todas as regiões refletem claramente este resultado, neste sentido, as regiões Sudeste, Sul, e Centro-Oeste encontram-se acima da média nacional enquanto que a Nordeste e Norte apresentam-se abaixo da média,

No ano de 2000, mesmo com o aumento populacional durante a década a região Sudeste teve uma melhoria na disponibilidade de médicos, elevando o valor para 1,97, o mesmo ocorre para a região Sul, continuando na segunda colocação com uma quantidade de 1,43 médicos a cada mil habitantes. A região Centro-Oeste

também segue suplantando o crescimento populacional, aumentando a disponibilidade de médicos para 1,24. O mesmo ocorre com a região Nordeste, que, em 2000, assume o valor de 0,81 médicos para cada mil habitantes. Porém, em contrapartida às tendências das regiões apresentadas anteriormente, o Norte diminuiu a proporção de médicos, demonstrando que o crescimento populacional suplantou o crescimento da quantidade de médicos, assumindo neste ano, o total de 0,42 médicos para cada mil habitantes.

No contexto nacional, em 1999, nota-se um aumento da média nacional, atingindo a quantidade de 1,17 médicos a cada mil habitantes. As regiões que encontram-se acima da média são, seguindo a mesma lógica do ano analisado anteriormente, o Sudeste, Sul e Centro-Oeste enquanto que o Norte e o Nordeste se apresentam abaixo da média.

Os dados referentes ao ano de 2009 mostram que a região Sudeste eleva a sua quantidade de médicos para 2,37, a cada mil habitantes, mantendo-se na primeira colocação. O mesmo ocorre com a região Sul, que atinge o valor de 2,37, que, proporcionalmente ao total populacional revela um avanço significativo, mesmo que ainda insuficiente. O Centro-Oeste mantém sua colocação, como nos anos anteriores, elevando a quantidade de médicos para 1,96. Por fim, o Norte reverte a posição encontrada na década anterior, atingindo o valor de 1 médico para cada mil habitantes.

Nota-se que em comparação aos anos anteriores, houve um aumento na média nacional para o ano de 2009, fato este que teve forte influência da reversão do quadro da região Norte tal como o aumento no número de médicos a cada mil habitantes em todas as regiões. Portanto, a média nacional atinge o valor de 1,71, a mais elevada durante o período de análise e as regiões que se encontram acima desta média são, tal como nos outros anos, a Sudeste, Sul e Centro-Oeste enquanto que o Norte e Nordeste se encontram abaixo da média nacional.

Seguindo a mesma lógica, na tabela 12 são apresentados os dados acerca da quantidade de leitos hospitalares disponíveis a cada mil habitantes, medindo a oferta de leitos em comparação a população da respectiva região.

TABELA 12 – APENDICE 5 - LEITOS HOSPITALARES PARA CADA MIL HABITANTES POR REGIÕES E MÉDIA NACIONAL

Região	1990	1999	2009
Região Centro-oeste	4,49	3,46	2,32
Região Norte	2,15	2,24	1,84
Região Nordeste	2,92	2,74	2,02
Região Sul	4,18	3,31	2,65
Região Sudeste	4,20	3,03	2,35
Média Brasil	3,59	2,96	2,24

FONTE: IBGE, Pesquisa de Assistência Médico-Sanitária.

NOTAS: Número de leitos hospitalares públicos e privados, vinculados ou não ao Sistema Único de Saúde (SUS), por mil habitantes, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

No ano de 1990 nota-se que a região Centro-Oeste possui a maior proporção de leitos hospitalares (conforme metodologia adotada) para cada mil habitantes, com o valor de 4,49, fato que pode ser facilmente compreendido quando este resultado é comparado com a participação da população desta região no Brasil, já que neste ano ela assume a menor proporção. A região Sudeste, por sua vez, apresenta uma situação oposta à da primeira região, com a maior participação populacional no contexto nacional e, mesmo assim com o segundo maior número de leitos hospitalares a cada mil habitantes. Na terceira colocação encontra-se a região Sul, que, corresponde a terceira maior participação populacional no ano em questão e se encontra com um total de 4,18 leitos, valor próximo ao encontrado na região Sudeste mas, como colocado anteriormente, com uma participação populacional bem menor. Em seguida tem-se a região Nordeste, que contrasta fortemente das anteriormente apresentadas, nela percebe-se que o fator populacional, tal como institucional, suplanta grandemente o número de leitos disponíveis, assumindo um total, no ano de 1990, de 2,92 leitos hospitalares. Por fim, o Norte, mesmo com a segunda menor proporção populacional no ano em questão, contrariamente ao resultado do Centro-Oeste, apresenta o pior resultado no quesito do número de leitos hospitalares para cada mil habitantes, com um total de 2,15, resultado este, que pode ser fruto de um sistema institucional atrofiado e uma grande dispersão da população na área amazônica.

Neste ano, no contexto nacional, nota-se que a média brasileira é de 3,59 leitos hospitalares para cada mil habitantes, neste sentido, e seguindo a metodologia adotada neste trabalho, nota-se que as regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul

encontram-se acima da média nacional enquanto que as Nordeste e Norte estão abaixo.

Para o ano de 1999, decorrida praticamente uma década, nota-se um processo negativo no que tange a disponibilidade dos leitos hospitalares, fato curioso e que, em parte pode ser explicado por uma não adequação da estrutura do SUS quanto ao crescimento populacional, fato este que não será discutido no presente trabalho.

Desta forma, apesar da região Centro-Oeste apresentar os valores mais elevados, houve uma redução no período de 1990-1999 de 1,03 leitos para cada mil habitantes, resultando num total de 3,46. Na segunda colocação encontra-se a região Sul, que ultrapassa o Sudeste, mesmo com o decréscimo de 0,87 no indicador, assumindo um total de 3,31 leitos para cada mil habitantes. O Sudeste, por sua vez, em 1999, assume a terceira posição, com uma redução de 1,17 leitos no período, a maior redução no período, tendo neste ano um total de 3,03. Em seguida encontra-se a região Nordeste, mantendo a quarta colocação, tendo uma redução de 0,18 no período e apresentando um valor de 2,24 leitos hospitalares. Por fim, a região Norte, em contraposição a redução apresentada nas outras regiões apresentou no período um aumento de 0,09, mantendo praticamente o número de leitos hospitalares a cara mil habitantes, assumindo, portanto, um valor de 2,24, que, mesmo assim é o menor dentro do panorama nacional.

A média nacional para o ano de 1999 encontra-se em 2,96, sofrendo um decréscimo de 0,63 no período de 1990-1999. Dada esta média, nota-se que Centro-Oeste, Sul e Sudeste continuam apresentando seus valores acima da média nacional enquanto o Nordeste e Norte estão abaixo.

Para o ano de 2009 a mesma tendência de redução do total de leitos hospitalares para cada mil habitantes continua, estendendo-se até mesmo a região Norte, que, como apresentando no parágrafo anterior, foi a única região que ainda teve uma elevação no valor do indicador. Neste ano, a região Sul assume a primeira colocação, ultrapassando a Centro-Oeste, a redução do total de leitos por mil habitantes da região Sul no período de 1999-2009 foi de 0,66 e o total para o ano de 2009 foi de 2,65 leitos hospitalares. Na segunda colocação encontra-se a região Sudeste, que teve, no período considerado, uma redução de 0,66 e apresentou um resultado de 2,35 leitos. Em seguida, na terceira colocação, encontra-se a região Centro-Oeste, que anteriormente ocupava a posição de destaque no contexto nacional, a redução na quantidade de leitos neste período foi a maior dentre todas as

regiões, no valor de 1,14 e assumindo um total de 2,32 leitos para cada mil habitantes. Na última colocação encontra-se a região Norte, com uma redução de 0,4 e com o total de 1,84 leitos a cada mil habitantes.

No contexto nacional nota-se uma redução do indicador no total de 0,72 no período de 1999-2009 em que a média do total de leitos para o ano de 2009 é de 2,24 para cada mil habitantes. Seguindo os mesmos resultados dos anos anteriores, as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste apresentam valores acima da média, enquanto que o Nordeste e o Norte estão abaixo da média nacional.

Em suma, a variação total do período de 1990-2009 no que tange o número de leitos hospitalares para cada mil habitantes teve uma redução 1,35. O que chama a atenção na análise realizada é justamente este fato, de que não houve um acompanhamento da infraestrutura hospitalar em conjunto com o crescimento populacional em nenhuma região do Brasil. Em segundo lugar, nota-se que a região Sudeste, detentora da maior parcela do PIB nacional não apresenta os melhores resultados no que tange ao atendimento da sua população.

Como reflexo das variáveis analisadas anteriormente, conforme apresentado na tabela 13, será analisada a taxa de mortalidade a cada mil nascimentos dentro de cada uma das regiões, confrontando os resultados com a média nacional, variável está que se relaciona intrinsecamente com o desenvolvimento socioeconômico das regiões, tal como a qualidade da infraestrutura por elas apresentadas.

TABELA 13 – APÊNDICE 6 - TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL A CADA MIL NASCIMENTOS POR REGIÕES E MÉDIA NACIONAL

Região	1990	2000	2008
Região Centro-oeste	31,2	20,92	16,99
Região Norte	44,6	28,62	23,06
Região Nordeste	74,3	41,57	21,65
Região Sul	27,4	17,03	12,65
Região Sudeste	33,6	19,15	14,16
Média Brasil	42,22	25,46	17,70

FONTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)

NOTAS: corresponde ao número de mortes ocorridas no primeiro ano de vida, dentro de cada grupo de 1 000 recém-nascidos; expressa-se para cada mil crianças nascidas vivas.

No ano de 1990 a região Nordeste apresenta os maiores valores acerca deste indicador, ou seja, a maior taxa de mortalidade de infantil de crianças com até um ano de idade, apresentando um total de 74,3 mortes. Na segunda colocação encontra-se

a região Norte com 44,6 mortes. Em seguida tem-se a região Sudeste com 33,6 óbitos. Na quarta posição encontra-se o Centro-Oeste, com 31,2 óbitos a cada mil nascimentos e, na última colocação encontra-se a região Sul, que apresenta o menor grau de mortalidade infantil, com o valor de 27,4 óbitos.

A média brasileira neste ano apresenta-se bastante elevada, com o valor de 42,22 óbitos infantis, resultado este que é fortemente influenciado pelo resultado da região Nordeste, que é bastante discrepante do resto do país, levando isto em consideração, as regiões que apresentam taxas de mortalidade infantil abaixo da média nacional no ano de 1990 são a Sul, Centro-Oeste e Sudeste, enquanto a Nordeste e a Norte apresentam valores acima dessa média.

Para o ano de 2000, decorrida uma década houveram claros avanços rumo a redução do índice de mortalidade, neste sentido, a região Nordeste ainda se apresenta como a que possui o pior indicador, porém, no período de 1990-2000 houve uma redução de 32,73 óbitos, totalizando no ano em questão o total de 41,57 mortes de nascituros de até um ano de idade. Na segunda colocação encontra-se a região Norte, que apresentou uma redução de 15,98 óbitos no período, atingindo no ano de 2000 um total de 28,62. Em seguida, na terceira pior posição encontra-se o Centro-Oeste, com uma redução de 10,28 mortes de infantes no período, atingindo o total de 20,92 mortes prematuras. Na quarta posição encontra-se o Sudeste, com uma redução de 14,45 e totalizando, para o ano de 2000, 19,15 óbitos. Como primeira colocada, com a menor taxa de mortalidade infantil a cada mil nascituros encontra-se a região Sul, que por sua vez teve uma redução de 10,37 óbitos e atingiu o total de 12,65 mortes.

Portanto, para o ano de 2000, nota-se que apesar do grande esforço que o Nordeste obteve rumo a redução dos óbitos de infantes esta região ainda apresenta o valor do seu indicador bastante fora do padrão nacional, o mesmo se aplica a região Sul, porém, de forma oposta, com uma baixa taxa de óbitos. Levando em conta que a média nacional reduziu no período de 1990-2000 a taxa de 16,76 óbitos, no ano de 2000 ela totalizou 25,46 mortes de nascituros de até um ano de idade. A partir desta média, nota-se que as regiões que estão acima dela são a Nordeste e Norte enquanto o Sul, Sudeste e Centro-Oeste encontram-se abaixo.

Para o ano de 2008 a região Norte assume a primeira colocação, representando, no contexto nacional a região com a maior mortalidade infantil. A região Nordeste, por sua vez consegue atingir valores próximos aos encontrados em

outras regiões, deixando de lado a discrepância encontrada nos anos anteriores, revelando uma redução no período de 2000-2008 de 19,92 óbitos e atingindo o valor de 21,65, saindo da primeira colocação. Em seguida, em terceiro lugar, encontra-se a região Centro-Oeste com uma ínfima redução no indicador no período, ou seja, uma redução de apenas 3,93 óbitos em 8 anos, assumindo o quantidade de 16,99. A região Sudeste, por sua vez, tem uma redução de 4,99 na taxa de mortalidade infantil no período e alcança o valor de 14,16 mortes de infantes. Por fim, como melhor colocada, novamente, o Sul do Brasil reduz no período a taxa em 4,38, atingindo o melhor valor nacional, com 12,65 óbitos de nascituros até completarem o primeiro ano de vida.

No ano de 2008, portanto, nota-se uma significativa redução da média nacional, alavancada principalmente pelos esforços realizados na região Nordeste, no período de 2000-2008 houve uma redução na média nacional de 7,75, alcançando o valor de 17,70. Neste sentido, as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste encontram-se abaixo dessa média, enquanto o Nordeste e Norte encontram-se acima.

No que tange o período inteiro, nota-se que há uma persistência das regiões que encontram-se abaixo da média nacional, que, por sua vez teve uma variação total negativa, no período de 1990-2008, de 21,51 óbitos. Como citado anteriormente, em todo o período de análise a região Sudeste, Sul e Centro-Oeste encontram-se abaixo da média nacional, tendo um efeito de redução enquanto o Nordeste e o Norte ficaram durante todo o período, acima da média, aumentando-a. No que tange especificamente o caso Nordestino, nota-se que houve um grande esforço para reduzir a mortalidade infantil, que representou, no período total, uma variação negativa de 52,65 óbitos. Portanto, no geral, nota-se um avanço significativo acerca desta variável.

Analisando conjuntamente as tabelas 11, 12, e 13, que retratam indicadores de saúde, nota-se primeiramente que apesar das melhorias na quantidade de médicos por mil habitantes, a região Sudeste apresenta os melhores valores, porém, seu resultado é insuficiente dado o tamanho da sua população, o que representa uma contradição, ainda mais, se os valores forem comparados com a participação que a região tem no PIB nacional. O mesmo se estende a todas as outras regiões, tomadas as suas proporções, o número de médicos é insuficiente, tal como a quantidade de leitos hospitalares disponíveis para cada mil habitantes, os quais não acompanham o crescimento populacional do período. Ou seja, há uma queda na proporção de leitos por habitantes, revelando uma ineficiência da infraestrutura hospitalar. Os resultados

neste quesito, acerca da região Sudeste, possuidora do maior PIB, e PIB *per capita* são inesperados, pois esta não ocupa a melhor posição neste quesito, ficando, em 2009 atrás da região Sul. No que tange a taxa de mortalidade infantil a cada mil nascimentos, há um claro esforço no conjunto das regiões para reduzi-la, porém, o caso nordestino se ressalta, no sentido que inicialmente apresentava taxas altíssimas de óbitos e no decorrer do tempo reduziu-a consideravelmente, isso, se comparado com o caso da região Sudeste, na sua posição de polo dinamizador nacional, demonstra um esforço pequeno rumo a redução deste indicador, fato comprovado se analisado o ano de 2008, em que apresenta valores próximos ao da região Centro-Oeste e piores que os da região Sul. Por fim, nota-se que, em termos gerais, em todos os indicadores as regiões Sul, Sudeste, e Centro-Oeste se encontram favoráveis se comparados a média nacional enquanto o Norte e Nordeste se encontram em posições desfavoráveis.

4.4 INDICADOR DE SEGURANÇA PÚBLICA

O último aspecto a ser abordado acerca da análise aqui desenvolvida é a esfera da segurança pública, para isso será utilizada a taxa de homicídios a cada 100.000 habitantes, discriminada nas regiões do Brasil. Deve-se considerar que, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a taxa razoável deve ser de no máximo 10 homicídios para cada 100.000 habitantes. Caso este limite seja extrapolado, de acordo com a OMS, considera-se a situação como um caso de epidemiologia.

TABELA 14 – APÊNDICE 7 - TAXA DE HOMICÍDIOS A CADA 100.000 HABITANTES POR REGIÕES E MÉDIA NACIONAL

Região	1990	2000	2009
Região Centro-oeste	20,80	29,37	32,42
Região Norte	20,06	18,60	33,73
Região Nordeste	14,87	19,27	33,23
Região Sul	14,80	15,34	24,20
Região Sudeste	30,24	36,55	19,92
Média Brasil	20,15	23,83	28,70

FONTE: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA)

NOTAS: Divisão do grupo populacional multiplicado por 100.000 pela população de referência

Nota-se, portanto, seguindo a lógica adotada pela OMS, que em todo o período todas as regiões encontram-se em situação de epidemiologia quanto a quantidade de homicídios, algumas em situação mais grave se comparadas às outras.

Seguindo esta linha, no ano de 1990 nota-se que a região Sudeste apresenta a maior taxa de homicídios, com um total de 30,24 a cada cem mil habitantes. Em segundo lugar tem-se a região Centro-Oeste com um total de 20,80, na terceira colocação, apresenta-se a região Norte com um total de 20,06 homicídios, na quarta posição destaca-se a região Nordeste com 14,87 e, com a menor taxa de homicídios a cada cem mil habitantes, encontra-se a região Sul.

No ano em questão, a média Brasileira foi de 20,15 homicídios a cada cem mil habitantes. As regiões que se encontram abaixo desta média são a Sul, Nordeste e a Norte, enquanto que a Centro-Oeste e Sudeste encontram-se acima da média, sendo a última a que apresenta o maior valor, bastante disperso da média nacional.

No ano de 2000 a região Sudeste ainda encontra-se com a maior taxa de homicídios, apresentando na década um aumento de 6,31 e atingindo o valor de 36,55 óbitos a cada cem mil habitantes. Da mesma forma o Centro-Oeste teve um aumento de 8,58 na taxa, alcançando o valor de 29,39 mortes. Na terceira colocação encontra-se o Nordeste, que no período de 1990-2000 teve um aumento de 4,40 homicídios e atingiu o valor de 19,27 óbitos, ultrapassando a colocação que, no ano de 1990, era ocupada pela região Norte, que por sua vez ocupa a quarta posição no ano de 2000, sendo a única região que apresentou um decréscimo do indicador no período, no valor de 1,46, alcançando o total de 18,60 homicídios a cada cem mil habitantes. O Sul ainda apresenta as menores taxas de homicídios, com o aumento de 0,54, o menor entre todas as regiões, atingindo o valor de 15,34 homicídios.

A média nacional neste ano foi de 23,83, sofrendo uma elevação de 3,67 em comparação ao ano de 1990. As regiões que se encontram abaixo da média são a Sul, Norte e Nordeste, enquanto que Centro-Oeste e Sudeste estão acima.

No ano de 2009 nota-se uma significativa inversão nos resultados acerca da taxa de homicídios para cada cem mil habitantes, fato interessante, dado que ocorre uma inversão completa neste indicador em menos de uma década. O Sudeste, que anteriormente ocupava a posição de região com a maior taxa de homicídios apresentou, no período de 2000-2009 uma redução de 19,64 no indicador, assumindo, no ano de 2009 o valor de 19,92 sendo a região com o menor índice de homicídios no ano em questão. Em seguida encontra-se a região Sul, que anteriormente ocupava a

primeira colocação, a qual teve um aumento de 8,86 no período e atingiu o valor de 24,20 óbitos por homicídios. O Centro-Oeste vem em seguida, com um aumento de 3,05 homicídios, a menor no período, assumindo o total de 32,42 mortes, na penúltima colocação, em termos de região com a maior taxa de homicídios a cada cem mil habitantes encontra-se o Nordeste, com a elevação 13,95 entre os anos de 2000 até 2009, tendo como resultado um total de 33,23 mortes e, por fim, com o pior resultado, o Norte do Brasil apresentou a maior elevação na taxa de homicídios, no valor de 15,13 com o total de 33,73.

No ano em questão, a média nacional da taxa de homicídios por cem mil habitantes assumiu o valor de 28,70 óbitos, fruto de uma elevação de 4,87 na média. Neste sentido, as regiões Sudeste e Sul apresentaram valores abaixo desta média, enquanto que as regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte encontram-se com os valores acima dela.

A partir desta breve apresentação dos dados referentes a taxa de homicídios por cem mil habitantes, pode-se chegar a algumas conclusões acerca da segurança pública dentro do contexto regional brasileiro. Primeiramente, nota-se com clareza que, no ano de 1990, as duas regiões com a maior participação populacional no contexto nacional, a Sudeste e o Nordeste, as quais apresentam posições opostas no que tange as participações no PIB, apresentam dados opostos ao esperado, ou seja, a região Nordeste, populosa e com uma pequena participação no PIB apresenta taxas de homicídio significativamente menores que as encontradas no Sudeste, que, por sua vez é populosa e tem uma grande participação no PIB nacional. Por segundo, não menos importante, nota-se a drástica inversão nas taxas de homicídio no decorrer de nove anos (2000-2009) na qual o Sudeste torna-se a região com o melhor valor no indicador, e a única que apresenta decréscimo na taxa neste período. Por fim, no contexto apresentado anteriormente, acerca do nível de homicídios a cada cem mil habitantes estabelecido pela OMS, todas as regiões brasileiras encontram-se na classificação de caso de epidemiologia. No ano de 2010, em uma escala crescente, do mais próximo até o mais distante da condição adequada proposta pela OMS, que, como citado anteriormente, é de no máximo de 10 homicídios a cada cem mil habitantes, encontra-se o Sudeste, Sul, Nordeste, Centro-Oeste e por fim, o Centro-Oeste.

4.5 DOS RESULTADOS DOS INDICADORES

Em suma, realizada a análise dos indicadores, os principais resultados a serem destacados são: primeiramente, em relação a riqueza e a distribuição de renda.

A concentração de renda e riqueza na região Sudeste tal como a concentração populacional ali encontrada, não é revertida necessariamente em uma distribuição com equidade. Porém, se comparados a média nacional os resultados são razoáveis. No que tange as outras regiões brasileiras, há também uma tendência de melhora na distribuição de renda.

Sobre os indicadores de educação, nota-se que o Sudeste apresenta, quando analisados os valores totais de analfabetismo, uma quantidade elevada da população dentro desta categoria ficando somente atrás dos índices encontrados no Nordeste. Da mesma forma, os resultados acerca da média de anos de estudo do Sudeste, por sua vez, são os melhores se comparados as outras regiões.

Quanto a saúde, mesmo havendo um aumento do números de médicos para cada mil habitantes, em todas as regiões os valores apresentam-se insuficientes quando comparados as dimensões populacionais das regiões, fato este que se acentua quando os resultados são comparados ao total populacional da região Sudeste e Nordeste. No que tange os leitos hospitalares, é notável que o crescimento populacional suplanta a capacidade de ampliação da quantidade de leitos disponíveis, o que é representado pela queda generalizada no indicador durante o período de análise. Por fim, acerca da mortalidade infantil, é notável o esforço de todas as regiões rumo a melhoria do indicador.

No que tange a segurança pública, os resultados apresentam-se inesperados, dada a inversão que ocorre no período de 2000-2009 em que o Sudeste sai da posição de região com a maior taxa de homicídios para o de menor índice, enquanto que, as outras regiões tem seus índices elevando-se significativamente no mesmo período.

Contextualizando com as seções anteriores nota-se que, com a gradual mudança da política governamental rumo a equalização das disparidades regionais, o Estado e os agentes locais realizam certo esforço no que tange a redução das disparidades de renda. Porém, deve-se levar em consideração que a constituição do panorama regional do Brasil é pautada pelas disparidades em seus ritmos de crescimento econômico, ou seja, diferenças na acumulação de renda, assim como na sua distribuição.

No mesmo sentido, como apontado na seção 2 deste trabalho, a gradual alteração do papel do Estado acerca do desenvolvimento regional rumo a adoção, no período atual, do conceito de Desenvolvimento Humano, desenvolvido pela PNUD, em 1990, que engloba em seus objetivos a qualidade de vida, tal como o bem estar da população. Os resultados vem se refletindo principalmente no avanço da quantidade de anos de estudos da população e na redução da taxa de mortalidade infantil.

Porém, em contraposição aos resultados obtidos nos indicadores anteriores e, levando em consideração as disparidades no ritmo de crescimento regional, nota-se que mesmo havendo uma baixa porcentagem de analfabetos na região Sudeste, quantitativamente, seu valor é apenas menor do que o apresentado na região Nordeste. O mesmo se aplica aos resultados dos indicadores de insumos ao acesso à saúde, principalmente no relacionado a quantidade de leitos hospitalares que não acompanha o crescimento populacional.

Por fim, a leitura do indicador de segurança pública, ou seja, a taxa de homicídios a cada cem mil habitantes, também encontra-se em todas as regiões, como definido pela OMS, como endêmica.

5 CONCLUSÃO

São diversas as conclusões que podem ser atingidas dentro do âmbito desenvolvido no presente trabalho. Portanto, elas serão apresentadas em partes e por fim serão interligadas, apresentando uma conclusão geral acerca dos objetivos propostos no presente trabalho.

Primeiramente, acerca do debate no âmbito do desenvolvimento regional, nota-se que na constituição do panorama regional nacional, no período em que o Brasil tinha sua economia pautada em um sistema primário exportador, o seu desenvolvimento regional era focado em seu setor dinâmico, o exportador de *commodities* para o exterior, período este que perdurou por um grande tempo, que apresentava efeitos dinamizadores regionais pequenos e no qual a concentração de renda era uma realidade intrínseca.

A utilização da mão de obra escrava, tal como a presença de um Estado que defendia os interesses de uma elite tradicional ruralista, suplantavam a condição de atraso e de discrepância na constituição das relações regionais, fazendo com que as regiões se isolassem umas das outras e dinamizavam-se apenas aquelas produtoras de *commodities* demandadas por outros países.

Em um segundo momento, notável a partir da década de 1930, iniciou-se um processo lento e gradual de modificação institucional, pautado em uma aproximação do conceito de desenvolvimento endógeno, no qual a organização política e social remodelou-se, focando-se agora, em um projeto de industrialização concentrada. Projeto este incentivado pelo estado que, como colocado anteriormente, lentamente migrou seu foco de atuação a uma burguesia mercantil, deixando de lado, gradualmente, os interesses dos ruralistas e focando-se no crescimento econômico pautado na industrialização, criando consequentemente um arcabouço institucional voltado a este projeto, revelando assim, uma colocação “de cima para baixo”, ou seja, o Estado brasileiro atuou sobre os agentes locais de forma a dar suporte a uma mudança no foco do que seria o modelo de crescimento nacional.

No período contemporâneo, após essas significantes alterações ocorridas, o conceito de desenvolvimento sustentável vem à tona no contexto nacional e regional, pautando suas ações rumo a equidade e englobando ações de cunho social.

No que tange às disparidades regionais e à concentração de riquezas em torno do Sudeste, como colocado anteriormente, a forma como as políticas e como a economia regional se estruturava no seu período inicial levou a um atrofamento do mercado interno. Fato este causado em parte pela adoção da mão de obra escrava e pela existência de um setor dominante voltado à exportação de bens primários ao mercado externo.

Outro efeito claro deste sistema é que dadas essas condições, criou-se um desestímulo à industrialização e o *gap* existente entre as regiões brasileiras só tendia a aumentar, elevando as disparidades no ritmo de crescimento das regiões e concentrando renda em torno das que tinham melhores condições de atender a demanda externa.

Apenas no período do café gerou-se uma inversão no sistema, criando um certo grau de industrialização, pautado nas indústrias de beneficiamento e, de certa forma, criou um efeito de encadeamento, ou seja, certa integração regional. Diante das diversas crises os recursos dos Senhores do Café rumaram para outras atividades, diversificando a economia do Sudeste, fato este, que levou a uma redução da dependência externa e gerou uma expansão urbano-industrial tendo as outras regiões brasileiras como mercado consumidor das manufaturas ali produzidas (SUZIGAN, 1986)

Além disso, conclui-se que a mudança da mão de obra escrava para a assalariada, tal como as migrações e a mudança do foco do estado descrita anteriormente, desempenharam um papel fundamental para a dinamização da economia do Sudeste que, por sua vez, criou uma rede de serviços complementares e uma infraestrutura jamais presenciada até o momento no Brasil. Dessa forma, o Sudeste constituiu-se como o polo dinâmico da economia nacional.

Quanto a análise dos indicadores socioeconômicos, nota-se claramente os efeitos que o processo de concentração no entorno dessa região tiveram sobre a economia regional nacional pois há uma óbvia concentração de renda e riqueza na região Sudeste. Seus resultados, em ambas as esferas, apresentam-se acima da média brasileira. Da mesma forma, esta região concentra a maioria da população nacional, tendo em todo o período de análise a maior participação percentual em relação as outras regiões.

Porém, se olharmos sob outras óticas voltadas ao desenvolvimento econômico regional, nota-se que essa predominância na concentração de riqueza e renda não

necessariamente se reverte em benefícios socioeconômicos. No que tange a distribuição de renda, o Coeficiente de Gini, se analisado comparativamente com a razão entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres revela que apesar dos elevados resultados no que tange ao crescimento econômico, a região em questão não tem o melhor resultado da distribuição desta riqueza, apresentando os resultados de ambos os indicadores piores dos encontrados na região Sul. Deve-se ressaltar também que, estes resultados apesar de não serem os melhores possíveis, estão, a grosso modo, dentro da média nacional e nota-se um esforço por parte de todas as regiões para reduzir esta disparidade de renda.

No que tange os indicadores de educação conclui-se que, o Sudeste apresenta percentualmente valores próximos à média nacional. Quanto ao índice de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais, porém, dada a sua grande população, a quantidade de analfabetos é elevada, tendo seu resultado bruto como o segundo pior, atrás apenas do total de analfabetos encontrados no Nordeste.

Quanto a média de anos de estudo, seus resultados são os melhores no contexto regional nacional mas, dado todos os recursos disponíveis nessa região, os resultados encontrados acerca da variação total no período revelam-se próximos aos encontrados em outras regiões mais pobres, sendo menores do que os encontrados no Centro-Oeste.

No que tange aos indicadores de saúde enquanto que, há um aumento na quantidade de médicos para cada mil habitantes em todas as regiões, no caso do Sudeste, que apresenta os melhores resultados neste quesito, a quantidade revela-se insuficiente dado o tamanho da sua população. Tal conclusão se estende, tomadas as proporções, a todas as outras regiões.

O resultado da análise acerca dos leitos hospitalares para cada mil habitantes também revela-se negativo pois, obviamente a estrutura hospitalar não acompanhou o crescimento populacional das regiões.

Quanto ao índice de mortalidade infantil, nota-se que há uma tendência significativa de sua redução em todas as regiões, especificamente no caso do Sudeste, dada a sua disponibilidade de recursos. Refletida na participação do PIB, o seu desempenho poderia ser melhor, por exemplo, a região Nordeste que é detentora de uma participação populacional relevante, tal como sua participação no PIB nacional, apresenta uma redução na taxa de mortalidade maior do que a do Sudeste.

Por fim, na análise do indicador de segurança pública, ou seja, na taxa de homicídios a cada cem mil habitantes, revela-se um resultado curioso. Como apontado no decorrer do presente trabalho, no período de 1990-2000, o Sudeste apresentava as piores taxas de homicídios enquanto que no curto espaço de tempo de 9 anos (2000-2009) ela se torna a região com o melhor indicador. Nesse mesmo período, todas as outras regiões tem pioras drásticas na quantidade de óbitos por esta causa específica. Porém, há de se ressaltar que, mesmo detendo a melhor posição, de acordo com os parâmetros da OMS (em que taxas de homicídio acima de 10 para cada cem mil habitantes são consideradas epidêmicas), a taxa de homicídios ainda continua sendo considerada como epidêmica.

Portanto, apresentadas todas estas conclusões, de forma geral, nota-se que o crescimento, ou o acúmulo de riqueza, não tem obrigatoriamente uma correlação direta com o desenvolvimento, considerando-se o conceito adotado no presente trabalho, ou seja, o aspecto atrelado ao Desenvolvimento Humano. Este fato é mais facilmente notado a partir dos dados apresentados na subseção 4.1, que revela uma predominância significativa em termos de riqueza da região Sudeste em relação às demais, mesmo que esta tenha sido inserida em um processo de desconcentração desde a década de 1960. Quando estes resultados são confrontados com indicadores socioeconômicos voltados à esfera do desenvolvimento, revela-se uma insuficiência na obtenção de resultados adequados em alguns aspectos. Em termos mais específicos, nota-se que a análise dos resultados relativos aos indicadores dos insumos ao acesso à saúde, bem como os relacionados à quantidade de analfabetos, deixa transparecer um nível abaixo do que se poderia esperar para uma região que detém o papel de centro dinâmico da economia regional nacional.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, R. C.; CAVALCANTI, C. V. **Desenvolvimento regional no Brasil** IPEA, Brasília, 1978.
- AMARAL FILHO, J.do A Endogeneização no Desenvolvimento Econômico Regional e Local. **Planejamento e políticas públicas ppp**, IPEA, Brasília, n. 23, jun 2001.
- CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 335 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1975.
- CANO, W. Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil. **Economia e sociedade**, Campinas, v. 8, p. 101-139, jun. 1997
- CASTRO, A. B. de. **7 Ensaios sobre a economia brasileira**. v. 2 Rio de Janeiro – São Paulo: Forense, 1971
- DINIZ, C. C. **Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização**. *Nova Economia* v. 3, n. 1, set.1993.
- DINIZ, C. C. **A questão regional e as políticas governamentais no Brasil**., Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.
- DINIZ, C. C. **Dinâmica regional e ordenamento do território brasileiro**: desafios e oportunidades: UFMG/CEDEPLAR, 2013.
- DINIZ, C. C.; MARTINE G. Concentração econômica e demográfica no Brasil: recente inversão do padrão histórico. **Revista de economia política** São Paulo v. 11 n. 3 (43), jul./set. 1991.
- DRAIBE, S. **Rumos e metamorfoses**: estado e industrialização no Brasil: 1930 - 1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Schwartz S A, 2012.
- GTDN **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. Recife: SUDENE, 1967.
- HADDAD, P. R. Capitais intangíveis e desenvolvimento regional. **Revista de Economia**, Paraná: Editora UFPR, v. 35, n. 3 (ano 33), p.119-146, set./dez. 2009.
- MYRDAL, G. Capítulo 3 – Tendências para as desigualdades econômicas regionais em um país. In _____. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Saga, 1968.

PACHECO, C. A. **Fragmentação da nação**. Campinas: UNICAMP. IE, 1998.

PNUD ***Human Development Report*** New York: 1990

POLÈSE, M. **Economia regional e urbana**: lógica espacial das transformações económicas. 1 ed. Portugal: Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional (APDR), 1998.

SUZIGAN, W. **Indústria brasileira**: origem e desenvolvimento. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

TAVARES, M. da C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**: Ensaio sobre Economia Brasileira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977

TODARO, Michael P. SMITH, Stephen C. ***Economic Development*** 9ª Edição, Boston:Pearson, 2006

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – VALORES BRUTOS, PARTICIPAÇÕES NO PIB POR REGIÕES, VARIAÇÃO NO PERÍODO EM COMPARAÇÃO AS RESPECTIVOS VALORES BRUTOS POPULACIONAIS, PARTICIPAÇÕES DA POPULAÇÃO RESIDENTE DAS REGIÕES E RESPECTIVA VARIAÇÃO NO PERÍODO

PIB

Regiões	1990		2000		2010		Variação 1990 - 2010
	Totais	%	Totais	%	Totais	%	
Centro-Oeste	155.207.136	7,60	219.778.423	8,31	350.596.446	9,30	55,73%
Norte	83.204.481	4,08	121.786.358	4,61	201.510.748	5,34	58,71%
Nordeste	242.161.485	11,86	344.076.416	13,01	507.501.607	13,46	52,28%
Sul	321.576.521	15,75	458.848.065	17,36	622.254.612	16,51	48,32%
Sudeste	1.239.295.193	60,71	1.499.260.802	56,71	2.088.221.460	55,39	40,65%
Total Brasil	2.041.444.816	100	2.643.750.064	100	3.770.084.873	100	-

POPULAÇÃO

Regiões	1991		2000		2010		Variação 1990 - 2010
	Totais	%	Totais	%	Totais	%	
Centro-Oeste	9.427.601	6,42	11.636.728	6,85	14.058.094	7,37	32,94%
Norte	10.030.556	6,83	12.900.704	7,60	15.864.454	8,32	36,77%
Nordeste	42.497.540	28,94	47.741.711	28,12	53.073.882	27,82	19,93%
Sul	22.129.377	15,07	25.107.616	14,79	27.386.891	14,36	19,20%
Sudeste	62.740.401	42,73	72.412.411	42,65	80.364.410	42,13	21,93%
Total Brasil	146.825.475	100,00	169.799.170	100,00	190.747.731	100,00	-

APÊNDICE 2 – ÍNDICE DE GINI POR REGIÕES, MÉDIA NACIONAL E VARIAÇÕES NOS PERÍODOS

Região	1990	2000	2010	Variações		
				1990 - 2000	2000-2010	Total
Região Centro-oeste	0,611	0,595	0,549	-0,016	-0,047	-0,063
Região Norte	0,583	0,565	0,529	-0,018	-0,036	-0,054
Região Nordeste	0,626	0,602	0,551	-0,024	-0,051	-0,075
Região Sul	0,577	0,555	0,481	-0,022	-0,074	-0,096
Região Sudeste	0,577	0,564	0,506	-0,014	-0,058	-0,071
Média Brasil	0,595	0,576	0,523	-0,019	-0,053	-0,072

APÊNDICE 3 – TOTAL DE ANALFABETOS, PORCENTAGEM DE ANALFABETOS COM 15 ANOS OU MAIS POR REGIÕES E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL POPULACIONAL NACIONAL

Região	1991		2000		2010	
	Total	%	Total	%	Total	%
Região Centro-oeste	1.484.408	15,75	1.222.004	10,50	1.007.746	7,17
Região Norte	1.343.749	13,40	1.513.025	11,73	1.673.768	10,55
Região Nordeste	14.729.715	34,66	12.134.010	25,42	9.433.112	17,77
Região Sul	2.427.107	10,97	1.863.716	7,42	1.424.320	5,20
Região Sudeste	6.962.281	11,10	5.533.111	7,64	4.211.945	5,24
Total Brasil	26.947.261	18,35	22.265.867	13,11	17.750.891	9,31

APÊNDICE 4 – MÉDIA DO ANO DE ESTUDOS DE PESSOAS COM 25 OU MAIS ANOS POR REGIÕES E MÉDIA NACIONAL, VARIAÇÕES NOS PERÍODOS E VARIAÇÃO TOTAL

Região	1990	2000	2010	Variações		
	%	%	%	1990-2000	2000-2010	Total
Região Centro-oeste	4,9	6,0	7,9	1,1	1,9	3,0
Região Norte	5,4	5,9	6,9	0,5	1,0	1,5
Região Nordeste	3,3	4,3	6,1	1,1	1,8	2,8
Região Sul	5,0	6,1	7,7	1,2	1,6	2,8
Região Sudeste	5,5	6,5	8,2	1,0	1,7	2,7
Média Brasil	4,8	5,8	7,4	1,0	1,6	2,6

APÊNDICE 5 – LEITOS HOSPITALARES PARA CADA MIL HABITANTES POR REGIÕES, MÉDIA NACIONAL, VARIAÇÃO NOS PERÍODOS E VARIAÇÃO TOTAL

Região	1990	1999	2009	Variações		
				1990-1999	1999-2009	Total
Região Centro-oeste	4,49	3,46	2,32	-1,03	-1,14	-2,17
Região Norte	2,15	2,24	1,84	0,09	-0,4	-0,31
Região Nordeste	2,92	2,74	2,02	-0,18	-0,72	-0,9
Região Sul	4,18	3,31	2,65	-0,87	-0,66	-1,53
Região Sudeste	4,20	3,03	2,35	-1,17	-0,68	-1,85
Média Brasil	3,59	2,96	2,24	-0,632	-0,72	-1,352

APÊNDICE 6 – TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL A CADA MIL NASCIMENTOS POR REGIÕES, MÉDIA NACIONAL, VARIAÇÃO POR PERÍODOS E VARIAÇÃO TOTAL

Região	1990	2000	2008	Variações		
				1990-2000	2000-2008	Total
Região Centro-oeste	31,2	20,92	16,99	-10,28	-3,93	-14,21
Região Norte	44,6	28,62	23,06	-15,98	-5,56	-21,54
Região Nordeste	74,3	41,57	21,65	-32,73	-19,92	-52,65
Região Sul	27,4	17,03	12,65	-10,37	-4,38	-14,75
Região Sudeste	33,6	19,15	14,16	-14,45	-4,99	-19,44
Média Brasil	42,22	25,46	17,70	-16,76	-7,76	-24,52

APÊNDICE 7 – TAXA DE HOMICÍDIOS A CADA 100.000 HABITANTES POR REGIÕES, MÉDIA NACIONAL, VARIAÇÃO POR PERÍODOS E VARIAÇÃO TOTAL

Região	1990	2000	2009	Variações		
				1990-2000	2000-2009	Total
Região Centro-oeste	20,80	29,37	32,42	8,58	3,05	11,63
Região Norte	20,06	18,60	33,73	-1,46	15,13	13,67
Região Nordeste	14,87	19,27	33,23	4,40	13,95	18,35
Região Sul	14,80	15,34	24,20	0,54	8,86	9,40
Região Sudeste	30,24	36,55	19,92	6,31	-16,64	-10,32
Média Brasil	20,15	23,83	28,70	3,67	4,87	8,55